

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	18
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	66
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	67
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	68

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.334
Preferenciais	0
Total	696.334
Em Tesouraria	
Ordinárias	713
Preferenciais	0
Total	713

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	5.444.403	5.635.397
1.01	Ativo Circulante	18.654	217.612
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.693	41.393
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	6.693	41.393
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.758	172.556
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	4.758	172.556
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	4.758	172.556
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.680	1.790
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.680	1.790
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.937	1.639
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.937	1.639
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	586	234
1.01.08.03	Outros	586	234
1.01.08.03.01	Outros Créditos	581	223
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	5	5
1.01.08.03.04	Dividendos a Receber	0	6
1.02	Ativo Não Circulante	5.425.749	5.417.785
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.686	12.358
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	663
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	11.686	11.695
1.02.01.10.04	Outros créditos	11.686	11.695
1.02.02	Investimentos	5.408.431	5.398.856
1.02.02.01	Participações Societárias	5.408.431	5.398.856
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	5.408.431	5.398.729
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	0	127
1.02.03	Imobilizado	3.162	3.427
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.162	3.427
1.02.04	Intangível	2.470	3.144
1.02.04.01	Intangíveis	2.470	3.144

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	5.444.403	5.635.397
2.01	Passivo Circulante	64.684	268.335
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.170	20.781
2.01.01.01	Obrigações Sociais	17.170	20.781
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	17.170	20.781
2.01.02	Fornecedores	1.227	3.501
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.227	3.501
2.01.02.01.01	Fornecedores	1.227	3.501
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.767	159
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.767	159
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	6.767	159
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	36.266	24.977
2.01.04.02	Debêntures	36.266	24.977
2.01.04.02.01	Debêntures	36.266	24.977
2.01.05	Outras Obrigações	3.254	218.917
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	4.000
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	4.000
2.01.05.02	Outros	3.254	214.917
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	1.641	2.387
2.01.05.02.08	Acordo Paraná	579	579
2.01.05.02.10	Dividendos a pagar	19	210.406
2.01.05.02.11	Passivo de arrendamento	1.015	1.545
2.02	Passivo Não Circulante	1.266.031	1.264.241
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.242.409	1.241.540
2.02.01.02	Debêntures	1.242.409	1.241.540
2.02.01.02.01	Debêntures	1.242.409	1.241.540
2.02.02	Outras Obrigações	6.416	6.093
2.02.02.02	Outros	6.416	6.093
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	4.816	4.276
2.02.02.02.11	Passivo de arrendamento	1.600	1.817
2.02.04	Provisões	17.206	16.608
2.02.04.02	Outras Provisões	17.206	16.608
2.02.04.02.06	Provisão para perdas cíveis e tributárias	17.206	16.608
2.03	Patrimônio Líquido	4.113.688	4.102.821
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação participação dos acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	1.986.748	1.986.748
2.03.04.01	Reserva Legal	130.539	130.539
2.03.04.10	Orçamento de capital	1.856.209	1.856.209
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	10.867	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	64.509	96.518	215.387	379.648
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.764	-25.882	-11.745	-23.290
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	10	-106	-115	-230
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	10	21	14	27
3.04.05.02	Amortização de ágio de investimentos	0	-127	-129	-257
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	78.263	122.506	227.247	403.168
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	78.263	122.506	227.247	403.168
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	64.509	96.518	215.387	379.648
3.06	Resultado Financeiro	-43.302	-85.161	-10.928	-28.535
3.06.01	Receitas Financeiras	3.652	10.975	338	708
3.06.02	Despesas Financeiras	-46.954	-96.136	-11.266	-29.243
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	21.207	11.357	204.459	351.113
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	21.207	11.357	204.459	351.113
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-250	-490	-516	-516
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-250	-490	-516	-516
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	20.957	10.867	203.943	350.597
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,03013	0,01562	0,29318	0,50401
3.99.01.02	ON	0,03049	0,01633	0,29392	0,50475
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,03013	0,01562	0,29318	0,50401
3.99.02.02	ON	0,03049	0,01633	0,29392	0,50475

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	20.957	10.867	203.943	350.597
4.03	Resultado Abrangente do Período	20.957	10.867	203.943	350.597

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-21.276	-25.252
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-14.919	-22.056
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	11.357	351.113
6.01.01.02	Resultado das operações descontinuadas	-490	-516
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	1.149	1.172
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures e arrendamentos	94.846	29.179
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis e tributárias	598	-67
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	0	-26
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-122.506	-403.168
6.01.01.17	Amortização - direito de concessão	127	257
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.357	-3.196
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-2.890	-662
6.01.02.03	Despesas antecipadas	365	701
6.01.02.05	Outros créditos	-349	-131
6.01.02.06	Fornecedores	-2.274	-864
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-3.611	-2.529
6.01.02.08	Partes relacionadas	-4.000	66
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	6.608	19
6.01.02.13	Outras contas a pagar	-206	204
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	280.398	350.086
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-115	-141
6.02.02	Aquisição de intangível	-95	0
6.02.03	Aplicações financeiras	167.798	1.592
6.02.05	Dividendos recebidos	9.804	305.000
6.02.07	Investimento em controladas - redução de capital	103.000	40.000
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda participação	6	3.635
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-293.822	-323.225
6.03.01	Dividendos pagos	-210.387	0
6.03.02	Pagamento arrendamentos	-747	-285.686
6.03.03	Juros pagos sobre debêntures e arrendamentos	-82.681	-37.539
6.03.04	Custo de captação de debêntures	-7	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-34.700	1.609
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.393	3.454
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.693	5.063

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	1.986.748	0	0	4.102.821
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	1.986.748	0	0	4.102.821
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.867	0	10.867
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.867	0	10.867
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	1.986.748	10.867	0	4.113.688

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	1.311.287	0	0	3.427.360
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	1.311.287	0	0	3.427.360
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	350.597	0	350.597
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	350.597	0	350.597
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	1.311.287	350.597	0	3.777.957

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.480	-5.830
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.480	-5.830
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.480	-5.830
7.04	Retenções	-1.276	-1.429
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.149	-1.172
7.04.02	Outras	-127	-257
7.04.02.01	Amortização - direito de concessão	-127	-257
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.756	-7.259
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	133.502	403.903
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	122.506	403.168
7.06.02	Receitas Financeiras	10.975	708
7.06.03	Outros	21	27
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	21	27
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	127.746	396.644
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	127.746	396.644
7.08.01	Pessoal	20.167	16.149
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.134	15.031
7.08.01.02	Benefícios	383	633
7.08.01.03	F.G.T.S.	650	485
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	96.222	29.382
7.08.03.01	Juros	93.972	28.875
7.08.03.02	Aluguéis	86	139
7.08.03.03	Outras	2.164	368
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.867	350.597
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.867	350.597
7.08.05	Outros	490	516
7.08.05.04	Resultado de operações descontinuadas	490	516

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	39.586.109	37.100.478
1.01	Ativo Circulante	6.271.556	5.828.053
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.205.802	1.186.197
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	3.205.802	1.186.197
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.921.489	3.594.296
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.921.489	3.594.296
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	237.412	224.146
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	1.684.077	3.370.150
1.01.03	Contas a Receber	583.211	611.060
1.01.03.01	Clientes	583.211	611.060
1.01.06	Tributos a Recuperar	299.276	214.635
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	299.276	214.635
1.01.07	Despesas Antecipadas	40.278	27.359
1.01.07.01	Despesas antecipadas	40.278	27.359
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	221.500	194.506
1.01.08.03	Outros	221.500	194.506
1.01.08.03.01	Outros créditos	197.166	152.237
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	18	18
1.01.08.03.03	Custos antecipados empréstimos	24.316	42.251
1.02	Ativo Não Circulante	33.314.553	31.272.425
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.445.864	3.083.720
1.02.01.07	Tributos Diferidos	286.217	267.331
1.02.01.07.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	286.217	267.331
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1	664
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.159.646	2.815.725
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	198.164	190.790
1.02.01.10.04	Outros créditos	79.620	92.795
1.02.01.10.05	Aplicações financeiras - conta reserva	244.067	218.747
1.02.01.10.08	Ativo sujeito à indenização	352.123	342.059
1.02.01.10.09	Conta reserva - poder concedente	1.980.601	1.768.465
1.02.01.10.11	Custos antecipados empréstimos	205.936	202.869
1.02.01.10.12	Haveres e deveres poder concedente	99.135	0
1.02.02	Investimentos	1.822	0
1.02.02.01	Participações Societárias	1.822	0
1.02.03	Imobilizado	782.570	793.120
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	782.570	793.120
1.02.04	Intangível	29.084.297	27.395.585
1.02.04.01	Intangíveis	29.084.297	27.395.585

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	39.586.109	37.100.478
2.01	Passivo Circulante	2.483.478	3.842.257
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	162.865	179.251
2.01.01.01	Obrigações Sociais	162.865	179.251
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	162.865	179.251
2.01.02	Fornecedores	430.903	586.090
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	430.903	586.090
2.01.02.01.01	Fornecedores	394.488	558.466
2.01.02.01.02	Fornecedores - risco sacado	1.375	0
2.01.02.01.03	Fornecedores - FIDC	35.040	27.624
2.01.03	Obrigações Fiscais	244.845	320.810
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	244.845	320.810
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	103.946	188.737
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	140.899	132.073
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	896.052	1.769.052
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	167.029	192.303
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	167.029	192.303
2.01.04.02	Debêntures	729.023	1.576.749
2.01.04.02.01	Debêntures	729.023	1.576.749
2.01.05	Outras Obrigações	666.461	832.484
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	280.907	208.430
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	280.907	208.430
2.01.05.02	Outros	385.554	624.054
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	156.120	137.354
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	56.966	75.741
2.01.05.02.08	Acordo Paraná	1.581	14.119
2.01.05.02.09	Acordo de não persecução cível - ANPC	22.037	22.717
2.01.05.02.10	Dividendos a pagar	19	210.406
2.01.05.02.11	Passivo de arrendamento	148.831	163.717
2.01.06	Provisões	82.352	154.570
2.01.06.02	Outras Provisões	82.352	154.570
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	61.414	97.166
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras	20.938	57.404
2.02	Passivo Não Circulante	32.703.716	28.883.825
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	27.955.442	24.594.575
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.585.029	3.692.399
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.585.029	3.692.399
2.02.01.02	Debêntures	24.370.413	20.902.176
2.02.01.02.01	Debêntures	24.370.413	20.902.176
2.02.02	Outras Obrigações	3.902.358	3.521.181
2.02.02.02	Outros	3.902.358	3.521.181
2.02.02.02.03	Obrigações com poder concedente	3.186.108	2.948.737
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	381.095	348.461
2.02.02.02.06	Acordo Paraná	45.541	898
2.02.02.02.07	Acordo de não percecusão cível - ANPC	74.596	93.578

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.02.02.11	Passivo de arrendamento	215.018	129.507
2.02.03	Tributos Diferidos	188.832	175.428
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	188.832	175.428
2.02.04	Provisões	657.084	592.641
2.02.04.02	Outras Provisões	657.084	592.641
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	229.507	214.190
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras	46.520	21.632
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	381.057	356.819
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.398.915	4.374.396
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação participação dos acionistas não controladores	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	1.986.748	1.986.748
2.03.04.01	Reserva Legal	130.539	130.539
2.03.04.10	Orçamento de Capital	1.856.209	1.856.209
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	10.867	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	285.227	271.575

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.955.338	5.514.213	2.718.137	5.144.256
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.872.635	-3.549.829	-1.626.898	-3.039.600
3.03	Resultado Bruto	1.082.703	1.964.384	1.091.239	2.104.656
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-117.580	-164.752	-87.426	-170.328
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-96.740	-184.476	-90.147	-173.904
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-18.052	23.770	2.721	3.576
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	-768	41.054	2.721	3.576
3.04.05.05	Acordo Paraná	-17.284	-17.284	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.788	-4.046	0	0
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	-2.788	-4.046	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	965.123	1.799.632	1.003.813	1.934.328
3.06	Resultado Financeiro	-804.612	-1.567.759	-614.205	-1.237.806
3.06.01	Receitas Financeiras	177.175	363.303	128.714	265.347
3.06.02	Despesas Financeiras	-981.787	-1.931.062	-742.919	-1.503.153
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	160.511	231.873	389.608	696.522
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-150.365	-243.613	-189.841	-360.076
3.08.01	Corrente	-114.661	-249.095	-168.883	-337.377
3.08.02	Diferido	-35.704	5.482	-20.958	-22.699
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.146	-11.740	199.767	336.446
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-250	-490	-516	-516
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-250	-490	-516	-516
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	9.896	-12.230	199.251	335.930
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	20.957	10.867	203.943	350.597
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-11.061	-23.097	-4.692	-14.667
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,03013	0,01562	0,29318	0,50401

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.99.01.02	ON	0,03049	0,01633	0,29392	0,50475
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,03013	0,01562	0,29318	0,50401
3.99.02.02	ON	0,03049	0,01633	0,29392	0,50475

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	9.896	-12.230	199.251	335.930
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	9.896	-12.230	199.251	335.930
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	20.957	10.867	203.943	350.597
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-11.061	-23.097	-4.692	-14.667

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.393.467	1.917.023
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.103.643	2.900.713
6.01.01.01	Lucro líquido do período	-11.740	336.446
6.01.01.02	Resultado das operações descontinuadas	-490	-516
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	892.012	630.503
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	18.868	32.757
6.01.01.05	Capitalização de juros	-210.586	-171.060
6.01.01.06	Encargos financeiros e var. monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	1.946.755	1.513.571
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	41.629	32.491
6.01.01.08	Provisão e atualização da provisão para manutenção e construção de obras futuras	53.336	71.081
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	915	-4.389
6.01.01.10	Obrigações e variação monetária com poder concedente	169.490	156.708
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-4.216	-4.641
6.01.01.12	Tributos diferidos	-5.482	22.699
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	249.095	337.377
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-30.330	-18.191
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	0	-26
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	4.046	0
6.01.01.17	Atualização monetária e provisão outras contas a pagar	1.227	2.725
6.01.01.18	Provisão direito reequilíbrio/Haveres e deveres Ecovias Sul	-40.133	-38.837
6.01.01.19	Provisão e atual. monetária: acordo Paraná/não persecução cível-ANPC	39.311	7.888
6.01.01.20	Atualização monetária, AVP e amortização do ativo sujeito a indenização	-10.064	-5.873
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-710.176	-983.690
6.01.02.01	Clientes	26.934	-102.949
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-84.641	-63.194
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-12.256	-20.354
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-3.158	897
6.01.02.05	Outros créditos	-18.520	-187.204
6.01.02.06	Fornecedores, risco sacado e FIDC	-155.187	-58.753
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-16.386	-8.999
6.01.02.08	Partes relacionadas	72.477	-69.284
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	8.826	9.081
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-17.391	-17.159
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras	-79.964	-94.357
6.01.02.12	Pagamento de obrigações com poder concedente	-82.787	-74.077
6.01.02.13	Outras contas a pagar	12.631	39.025
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-333.886	-311.033
6.01.02.15	Pagamento acordo Paraná/ não persecução cível - ANPC	-26.868	-25.330
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-642.797	-3.152.913

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-100.138	-104.559
6.02.02	Aquisição de intangível	-2.214.608	-4.013.684
6.02.03	Aplicações financeiras	1.686.073	1.031.413
6.02.04	Aplicações financeiras - conta reserva	-8.256	-69.718
6.02.06	Investimento em controladas - aportes de capital	-5.868	0
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda participação	0	3.635
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	268.935	1.308.187
6.03.01	Dividendos pagos	-210.387	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-1.359.856	-2.519.053
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-1.133.405	-1.094.641
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	2.935.834	4.919.803
6.03.05	Pagamento de obrigações com poder concedente	0	-9.122
6.03.11	Aporte de capital não controladores	36.749	11.200
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.019.605	72.297
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.186.197	2.337.602
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.205.802	2.409.899

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	56.936	1.991.580	0	0	4.102.821	271.575	4.374.396
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	56.936	1.991.580	0	0	4.102.821	271.575	4.374.396
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	36.749	36.749
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	36.749	36.749
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.867	0	10.867	-23.097	-12.230
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.867	0	10.867	-23.097	-12.230
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	56.936	1.991.580	10.867	0	4.113.688	285.227	4.398.915

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	1.311.287	0	0	3.427.360	263.186	3.690.546
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	1.311.287	0	0	3.427.360	263.186	3.690.546
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	11.200	11.200
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	11.200	11.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	350.597	0	350.597	-14.667	335.930
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	350.597	0	350.597	-14.667	335.930
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	2.222	2.222
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	0	0	0	2.222	2.222
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	1.311.287	350.597	0	3.777.957	261.941	4.039.898

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	5.960.797	5.562.357
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.025.662	3.843.357
7.01.02	Outras Receitas	67.931	62.453
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.867.204	1.656.547
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.529.765	-2.290.526
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.411.756	-2.173.022
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-72.439	-73.507
7.02.04	Outros	-45.570	-43.997
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.431.032	3.271.831
7.04	Retenções	-909.296	-630.503
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-892.012	-630.503
7.04.02	Outras	-17.284	0
7.04.02.04	Acordo Paraná	-17.284	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.521.736	2.641.328
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	400.311	268.923
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.046	0
7.06.02	Receitas Financeiras	363.303	265.347
7.06.03	Outros	41.054	3.576
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	41.054	3.576
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.922.047	2.910.251
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.922.047	2.910.251
7.08.01	Pessoal	348.746	318.473
7.08.01.01	Remuneração Direta	265.345	238.117
7.08.01.02	Benefícios	63.941	64.443
7.08.01.03	F.G.T.S.	19.460	15.913
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	644.626	734.180
7.08.02.01	Federais	435.117	537.852
7.08.02.03	Municipais	209.509	196.328
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.940.415	1.521.152
7.08.03.01	Juros	1.034.874	875.417
7.08.03.02	Aluguéis	9.353	17.999
7.08.03.03	Outras	896.188	627.736
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-12.230	335.930
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.867	350.597
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-23.097	-14.667
7.08.05	Outros	490	516
7.08.05.04	Resultado de operações descontinuadas	490	516

Comentário do Desempenho

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. divulga seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2026 (2T26) e ao primeiro semestre de 2026 (1S26). As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre de 2025 (2T25) e ao primeiro semestre de 2025 (1S25).

Resultados Consolidados

Receita Bruta Consolidada por Segmento

RECEITA BRUTA (em milhões de R\$)	2T26	2T25	Var.	1S26	1S25	Var.
Concessões Rodoviárias	1.899,0	1.884,4	0,8%	3.791,2	3.605,4	5,2%
Receita de Construção	1.118,7	899,3	24,4%	1.867,2	1.656,5	12,7%
Ecoporto Santos	138,3	130,5	6,0%	265,9	268,3	-0,9%
Ecopátio Cubatão	20,3	19,3	5,2%	35,6	31,1	14,5%
Serviços	159,8	145,9	9,6%	347,4	283,6	22,5%
Eliminações	(159,4)	(145,4)	9,7%	(346,6)	(282,6)	22,6%
RECEITA BRUTA	3.176,8	2.934,0	8,3%	5.960,8	5.562,4	7,2%
(-) Receita de Construção	(1.118,7)	(899,3)	24,4%	(1.867,2)	(1.656,5)	12,7%
RECEITA BRUTA AJUSTADA	2.058,1	2.034,7	1,1%	4.093,6	3.905,8	4,8%
(-) Ecovias Sul	—	158,9	n.m.	97,1	325,0	-70,1%
RECEITA BRUTA COMPARÁVEL ex-Ecovias Sul¹	2.058,1	1.875,8	9,7%	3.996,5	3.580,8	11,6%

1) Exclui a Receita Bruta Ajustada da Ecovias Sul.

A receita bruta ajustada, excluindo a receita de construção, atingiu R\$2.058,1 milhões no 2T26 (+1,1%) devido, principalmente, aos reajustes das tarifas de pedágio, visto que o tráfego consolidado apresentou redução de 0,4%, em razão do encerramento do contrato de concessão da Ecovias Sul em março/26. Para a comparação na mesma base, a receita bruta comparável ex-Ecovias Sul, apresentou aumento de 9,7% devido, principalmente, ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

Concessões rodoviárias: R\$1.899,0 milhões no 2T26 (+0,8%) devido aos reajustes das tarifas de pedágio. A receita bruta comparável ex-Ecovias Sul, apresentou aumento de 10,1% no 2T26.

Ecoporto Santos: R\$138,3 milhões no 2T26 (+6,0%) devido ao aumento de contratos *spot*.

Ecopátio Cubatão: R\$20,3 milhões no 2T26 (+5,2%) em razão de renegociações contratuais.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidado

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	2T26	2T25	Var.	1S26	1S25	Var.
Pessoal	176,8	170,9	3,4%	348,7	318,5	9,5%
Conservação e Manutenção	71,0	74,1	-4,2%	126,8	137,8	-8,0%
Serviços de Terceiros	124,7	110,5	12,9%	231,6	214,2	8,1%
Seguros, Poder Concedente e Locações	57,7	56,0	3,2%	114,8	111,8	2,7%
Outros	57,2	46,9	21,9%	112,6	90,9	23,9%
CUSTOS CAIXA	487,4	458,4	6,3%	934,6	873,1	7,0%
CUSTOS CAIXA AJUSTADO¹	412,6	388,5	6,2%	794,6	759,3	4,7%
CUSTOS CAIXA AJUSTADO¹ ex-Ecoporto Santos	332,9	318,0	4,7%	641,0	616,6	4,0%
Custo de Construção de Obras	1.118,7	899,3	24,4%	1.867,2	1.656,5	12,7%
Provisão para Manutenção	20,5	32,2	-36,5%	40,5	53,3	-24,0%
Depreciação e Amortização	342,8	327,2	4,8%	892,0	630,5	41,5%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.969,4	1.717,0	14,7%	3.734,3	3.213,5	16,2%

1) Exclui custos e despesas da Ecovias Noroeste Paulista, Ecovias Raposo Castello e Ecovias Sul.

Comentário do Desempenho

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$1.969,4 milhões no 2T26 (+14,7%) e os custos caixa, desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização atingiram R\$487,4 milhões no 2T26 (+6,3%).

Os custos caixa ajustado ex-Ecoporto totalizaram R\$332,9 milhões no 2T26 (+4,7%), estável em relação à inflação (IPCA: +4,64% nos últimos 12 meses) devido, principalmente, ao incremento em **Pessoal**, em função do acordo coletivo de trabalho e aos **Serviços de Terceiros**, em razão da prestação de serviços de consultoria de tecnologia e inovação para revisão e otimização de processos operacionais e administrativos, tendo em vista a expansão da tecnologia *free flow* nas concessionárias prevista para os próximos meses. Destaca-se que o Ecoporto encontra-se em regime de contrato de transição.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Segmento

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	2T26	2T25	Var.	1S26	1S25	Var.
Concessões Rodoviárias	440,4	419,4	5,0%	887,8	796,1	11,5%
Ecoporto Santos	79,7	70,5	13,1%	153,6	142,7	7,7%
Ecopátio Cubatão	7,8	7,1	10,0%	13,7	13,0	5,2%
Serviços e Holding	105,5	93,1	13,3%	202,3	182,1	11,1%
Eliminações	(145,9)	(131,7)	10,8%	(322,9)	(260,8)	23,8%
CUSTOS CAIXA	487,4	458,4	6,3%	934,6	873,1	7,0%
CUSTOS CAIXA AJUSTADO¹	412,6	388,5	6,2%	794,6	759,3	4,7%
CUSTOS CAIXA AJUSTADO¹ ex-Ecoporto Santos	332,9	318,0	4,7%	641,0	616,6	4,0%
Custo de Construção de Obras	1.118,7	899,3	24,4%	1.867,2	1.656,5	12,7%
Provisão para Manutenção	20,5	32,2	-36,5%	40,5	53,3	-24,0%
Depreciação e Amortização	342,8	327,2	4,8%	892,0	630,5	41,5%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.969,4	1.717,0	14,7%	3.734,3	3.213,5	16,2%

1) Exclui custos e despesas da Ecovias Noroeste Paulista, Ecovias Raposo Castello e Ecovias Sul.

Os custos caixa das concessões rodoviárias totalizaram R\$440,4 milhões no 2T26 (+5,0%). Os custos caixa ajustado, desconsiderando a Ecovias Noroeste Paulista, Raposo Castello e a Ecovias Sul totalizaram R\$365,3 milhões (+8,3%) devido, principalmente, ao incremento em **Serviços de Terceiros**, em razão dos serviços *intercompany* prestados pela ECS.

Os custos caixa do Ecoporto totalizaram R\$79,7 milhões no 2T26 (+13,1%) devido, principalmente, ao incremento em **Serviços de Terceiros**, em função do crescimento das operações de armazenagem.

Os custos caixa do Ecopátio totalizaram R\$7,8 milhões no 2T26 (+10,0%) devido, principalmente, aos **Serviços de Terceiros** referentes à manutenção.

Os custos caixa de Serviços e Holding totalizaram R\$105,5 milhões no 2T26 (+13,3%). Os custos caixa ajustado, desconsiderando os serviços prestados para a Ecovias Noroeste Paulista, Raposo Castello e Ecovias das Gerais, totalizaram R\$93,8 milhões no 2T26 (+9,4%) devido, principalmente, ao incremento em **Pessoal**, em razão do acordo coletivo de trabalho e aos **Serviços de Terceiros**, conforme descrito anteriormente.

Comentário do Desempenho

EBITDA Ajustado

EBITDA (em milhões de R\$)	2T26	2T25	Var.	1S26	1S25	Var.
Lucro Líquido	9,9	199,3	-95,0%	(12,2)	335,9	n.m.
(+) Operação descontinuada	0,2	0,5	-51,5%	0,5	0,5	-5,0%
(+) Depreciação e Amortização	342,8	327,2	4,8%	892,0	630,5	41,5%
(+) Resultado Financeiro	804,6	614,2	31,0%	1.567,8	1.237,8	26,7%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	150,4	189,8	-20,8%	243,6	360,1	-32,3%
(+/-) Equivalência Patrimonial	2,8	—	n.m.	4,0	—	n.m.
EBITDA¹	1.310,7	1.331,0	-1,5%	2.695,7	2.564,8	5,1%
(+) Provisão do Acordo do Paraná	17,3	—	n.m.	17,3	—	n.m.
(+) Provisão para Manutenção	20,5	32,2	-36,5%	40,5	53,3	-24,0%
EBITDA AJUSTADO²	1.348,4	1.363,2	-1,1%	2.753,5	2.618,2	5,2%
MARGEM EBITDA AJUSTADA²	73,4%	74,9%	-1,5 p.p.	75,5%	75,1%	0,4 p.p.
EBITDA Ajustado Ecovias Sul	(7,7)	118,7	n.m.	75,0	246,3	-69,5%
EBITDA AJUSTADO COMPARÁVEL ex-Ecovias Sul³	1.356,1	1.244,5	9,0%	2.678,5	2.371,9	12,9%
MARGEM EBITDA AJUSTADA COMPARÁVEL³	73,8%	74,4%	-0,6 p.p.	75,2%	74,4%	0,8 p.p.

1) EBITDA calculado conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

2) Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção e a provisão do acordo de resolução global da Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas.

3) Exclui a Ecovias Sul.

O EBITDA ajustado totalizou R\$1.348,4 milhões no 2T26 (-1,1%) devido ao encerramento do contrato de concessão da Ecovias Sul em março/26. Para a comparação na mesma base, o EBITDA comparável ex-Ecovias Sul, apresentou aumento de 9,0% no 2T26 devido ao crescimento do tráfego de veículos e reajustes das tarifas de pedágio.

Outras despesas operacionais

No 2T26, a Companhia contabilizou, em outras despesas operacionais, R\$17,3 milhões referente ao acordo de resolução global de controvérsias da Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas (Acordo do Paraná), para o cumprimento da obrigação de realização de obras no valor de R\$45,2 milhões. Adicionalmente, a Companhia contabilizou R\$14,5 milhões, em outras despesas financeiras (atualização monetária), totalizando (i) R\$31,7 milhões de provisão no 2T26. Previamente, a Companhia contabilizou (ii) R\$13,5 milhões, totalizando R\$45,2 milhões para o cumprimento das obrigações.

EBITDA Ajustado por Segmento

EBITDA (em milhões de R\$)	2T26	Margem	2T25	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias ¹	1.294,6	74,6%	1.306,9	75,8%	-0,9%
Ecoporto Santos	18,1	18,5%	21,3	23,2%	-15,0%
Serviços e Holding	26,2	18,1%	25,6	19,5%	2,1%
Ecopátio Cubatão	9,6	55,2%	9,5	57,1%	1,5%
EBITDA AJUSTADO¹	1.348,4	73,4%	1.363,2	74,9%	-1,1%
RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA²	1.836,6		1.818,9		1,0%
EBITDA Ajustado Ecovias Sul	(7,7)	n.m.	118,7	81,0%	n.m.
EBITDA AJUSTADO COMPARÁVEL³	1.356,1	73,8%	1.244,5	74,4%	9,0%
RECEITA LÍQUIDA COMPARÁVEL³	1.836,7		1.672,4		9,8%

1) Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção e a provisão do acordo de resolução global da Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas (Acordo do Paraná). 2) Exclui Receita de Construção. 3) Exclui a Ecovias Sul.

Comentário do Desempenho

EBITDA (em milhões de R\$)	1S26	Margem	1S25	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias ¹	2.614,5	75,5%	2.505,0	75,9%	4,4%
Ecoporto Santos	33,2	17,9%	47,0	24,8%	-29,3%
Serviços e Holding	88,8	28,3%	52,5	20,6%	69,2%
Ecopátio Cubatão	16,9	55,4%	13,7	51,3%	23,7%
EBITDA AJUSTADO¹	2.753,5	75,5%	2.618,2	75,1%	5,2%
RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA²	3.647,0		3.487,7		4,6%
EBITDA Ajustado Ecovias Sul	75,0	87,1%	246,3	82,3%	-69,5%
EBITDA AJUSTADO COMPARÁVEL³	2.678,5	75,2%	2.371,9	74,4%	12,9%
RECEITA LÍQUIDA COMPARÁVEL³	3.560,9		3.188,3		11,7%

1) Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção e a provisão do acordo de resolução global da Ecovia Caminho do Mar e Ecocatarratas (Acordo do Paraná). 2) Exclui Receita de Construção. 3) Exclui a Ecovias Sul.

Resultado Financeiro Consolidado

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R\$)	2T26	2T25	Var.	1S26	1S25	Var.
Juros sobre Debêntures	(545,7)	(482,8)	13,0%	(1.080,1)	(920,4)	17,4%
Variação Monetária sobre Debêntures	(329,0)	(140,2)	134,7%	(584,8)	(367,2)	59,3%
Juros sobre Financiamentos	(76,2)	(56,1)	36,0%	(148,4)	(111,5)	33,0%
Variação Monetária sobre Direito de Outorga	(42,0)	(35,5)	18,4%	(86,2)	(82,7)	4,3%
Variação Monetária e Cambial s/ Emprést. e Financ.	(52,4)	(35,1)	49,2%	(83,4)	(63,5)	31,3%
Receitas de Aplicações Financeiras	161,1	118,2	36,3%	332,7	244,0	36,3%
Ajuste a Valor Presente	(5,1)	(10,0)	-49,0%	(12,8)	(17,8)	-27,8%
Outros Efeitos Financeiros	93,8	24,8	n.m.	99,7	75,4	32,2%
Variação monetária Ativo Sujeito a indenização	5,3	2,5	110,7%	10,1	5,9	71,4%
(-) Atualização Monetária do Acordo do Paraná	(14,5)	—	n.m.	(14,5)	—	n.m.
RESULTADO FINANCEIRO	(804,6)	(614,2)	31,0%	(1.567,8)	(1.237,8)	26,7%
(-) Atualização Monetária do Acordo do Paraná	14,5	—	n.m.	14,5	—	n.m.
RESULTADO FINANCEIRO AJUSTADO	(790,2)	(614,2)	28,6%	(1.553,3)	(1.237,8)	25,5%

O resultado financeiro apresentou aumento de R\$190,4 milhões no 2T26 (+31,0%).

Abaixo, as principais variações entre os trimestres:

- Juros sobre debêntures:** +R\$62,8 milhões devido ao incremento do endividamento em debêntures.
- Variação monetária sobre debêntures:** +R\$188,8 milhões devido ao aumento da dívida em debêntures indexadas ao IPCA e ao aumento do índice.
- Juros sobre financiamentos:** +R\$20,2 milhões devido ao aumento dos empréstimos com o BNDES, Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia (BASA).
- Efeitos financeiros sobre direito de outorga:** +R\$6,5 milhões (não-caixa) devido ao aumento do IPCA.
- Receita de aplicações financeiras:** +R\$42,9 milhões devido, principalmente, ao aumento do saldo médio de caixa.
- Outros efeitos financeiros:** +R\$69,1 milhões em função, principalmente, do aumento dos juros capitalizados.
- Variação monetária de ativo sujeito à indenização:** refere-se ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos do Ecoporto.

Os juros pagos totalizaram R\$585,7 milhões no 2T26 (-4,5%).

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$150,4 milhões no 2T26 (-20,8%).

Os impostos pagos totalizaram R\$134,6 milhões no 2T26 (-21,4%).

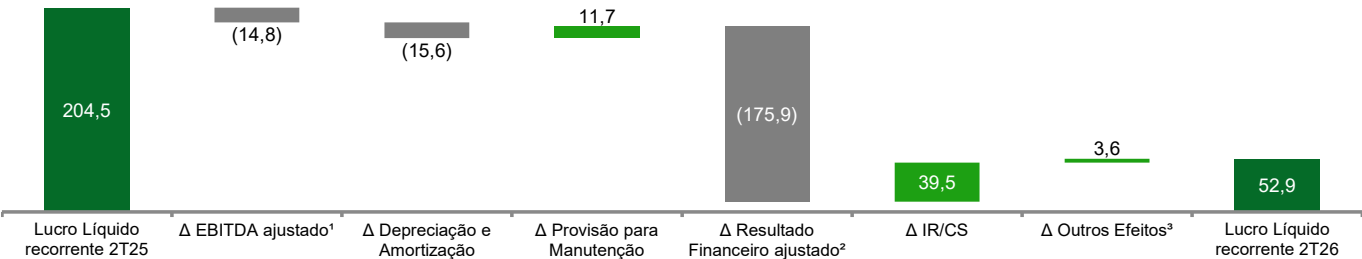
Comentário do Desempenho

Lucro (Prejuízo) Líquido

LUCRO LÍQUIDO (em milhões de R\$)	2T26	2T25	Var.	1S26	1S25	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido	9,9	199,3	-95,0%	(12,2)	335,9	n.m.
(+) Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores	(11,1)	(4,7)	135,7%	(23,1)	(14,7)	57,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas controladores	21,0	203,9	-89,7%	10,9	350,6	-96,9%
(+) Acordo do Paraná	31,7	—	n.m.	31,7	—	n.m.
(+) Operação descontinuada ¹	0,2	0,5	-51,5%	0,5	0,5	-5,0%
LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE ²	52,9	204,5	-74,1%	43,1	351,1	-87,7%
(+) Lucro (Prejuízo) Líquido Ecovias Sul	(6,2)	35,8	n.m.	(93,5)	73,3	n.m.
LUCRO LÍQUIDO COMPARÁVEL ³	59,2	168,7	-64,9%	136,6	277,8	-50,8%

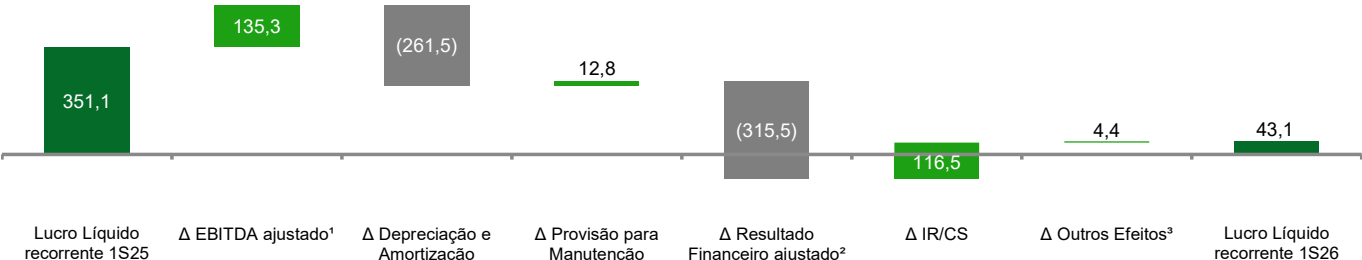
1) Obrigações contratuais previstas no contrato de compra e venda da Elog. 2) Lucro Líquido atribuído aos acionistas controladores. 3) Exclui o lucro (prejuízo) líquido da Ecovias Sul

Evolução do Lucro (Prejuízo) Líquido recorrente (em milhões de R\$)



1) Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção e a provisão do acordo de resolução global da Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas (Acordo do Paraná). 2) Exclui a variação monetária do Acordo do Paraná. 3) Considera a variação do lucro líquido dos acionistas não controladores e equivalência patrimonial.

O lucro líquido recorrente totalizou R\$52,9 milhões no 2T26 (-74,1%) devido, principalmente, à redução do EBITDA Ajustado, em razão do encerramento do contrato de concessão da Ecovias Sul e do resultado financeiro, em função do cenário de inflação persistente - medida pelo IPCA, assim como a evolução dos investimentos em ampliação da capacidade e melhorias das concessões rodoviárias.



1) Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção e a provisão do acordo de resolução global da Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas (Acordo do Paraná). 2) Exclui a variação monetária do Acordo do Paraná. 3) Considera a variação do lucro líquido dos acionistas não controladores e equivalência patrimonial.

O lucro líquido recorrente totalizou R\$43,1 milhões no 1S26 (-87,7%).

Endividamento e Disponibilidade Financeira

Em junho de 2026, a dívida bruta atingiu R\$28.851,5 milhões, aumento de 6,6% em relação a março/26 devido, principalmente, à 3ª emissão de debêntures da Ecovias Capixaba, no valor de R\$2.400,0 milhões.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo totalizou R\$5.371,4 milhões em junho/26, aumento de 10,8% em relação ao saldo de março/26. **O saldo de caixa é 6,0x o endividamento de curto prazo e 1,8x o endividamento entre o 2S26 e 2028.**

A alavancagem medida pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado encerrou junho/26 em 4,1x, aumento de 0,2x em relação a março/26.

A alavancagem medida pela relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado da EcoRodovias Concessões e Serviços encerrou junho de 2026 em 3,9x, aumento de 0,2x em relação a março/26.

Comentário do Desempenho

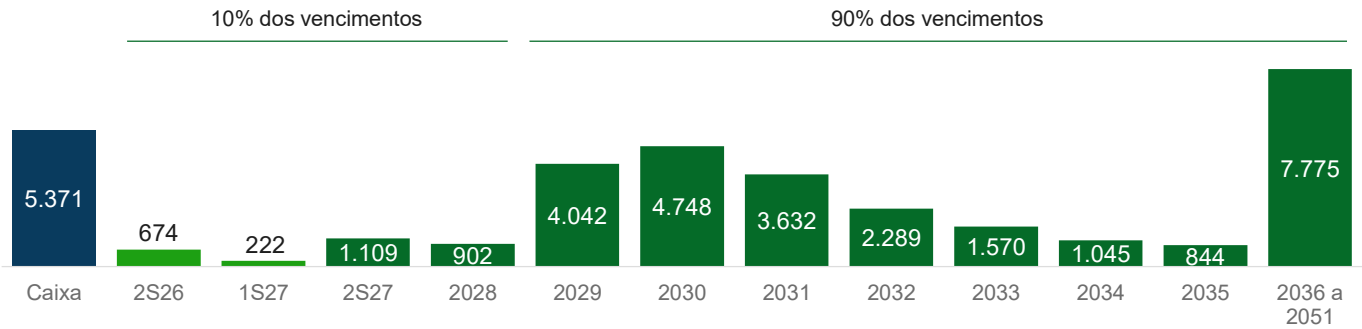
ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	30/06/2026	31/03/2026	Var.
Curto Prazo	896,1	1.667,1	-46,3%
Longo Prazo	27.955,4	25.401,7	10,1%
Dívida Bruta Total ¹	28.851,5	27.068,8	6,6%
(-) Caixa e equivalentes	5.371,4	4.849,3	10,8%
Dívida Líquida	23.480,1	22.219,5	5,7%
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA Ajustado ² UDM ³	4,1x	3,9x	0,2x

1) Não considera as Obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar.
2) Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção, reversão da provisão para redução ao valor recuperável da Ecovias Capixaba (3T25), provisões para contingências (4T25) e a provisão do acordo de resolução global da Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas - Acordo do Paraná (2T26). 3) Últimos doze meses.

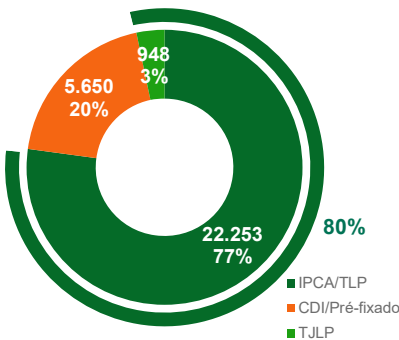
Cronograma de amortização da dívida bruta em 30/06/2026 (em milhões de R\$):

No 2S26, os vencimentos totalizam R\$674,0 milhões e estão distribuídos entre as concessões rodoviárias: R\$411,2 milhões e entre a *holding/subholdings*: R\$262,7 milhões.

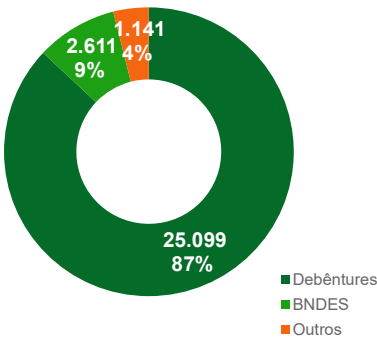
Em 2027, os vencimentos totalizam R\$1.330,9 milhões e estão distribuídos entre as concessões rodoviárias: R\$1.228,0 milhões, sendo R\$865,1 milhões na Ecovias Cerrado, no 3T27; e entre a *holding/subholdings*: R\$102,9 milhões. Em junho/2026, o prazo médio da dívida foi de 7,6 anos.



Dívida Bruta – 30/06/2026
por indexador (em R\$ milhões e %)



Dívida Bruta – 30/06/2026
por instrumento (em R\$ milhões e %)



Comentário do Desempenho

Financiamentos contratados, a serem desembolsados, de acordo com a execução do *capex* – em 30/06/2026 (em milhões de R\$)

Financiamentos contratados por concessão (em milhões de R\$)	Valor do contrato	Valor desembolsado	Valor a desembolsar
Ecovias Norte Minas - BNDES	996,4	946,5	49,8
Ecovias Minas Goiás - BNDES	432,7	418,0	14,7
Ecovias Minas Goiás - FDCO	200,0	186,5	13,5
Ecovias Minas Goiás - BNDES (debêntures)	550,0	450,0	100,0
Ecovias Araguaia - BNDES	3.160,0	870,0	2.290,0
Ecovias Araguaia - Banco da Amazônia	461,0	315,1	145,8
Ecovias Rio Minas - BNDES (Finem)	663,4	60,0	603,4
Ecovias Rio Minas - BNDES (debêntures)	7.320,6	1.890,0	5.430,6
Ecovias Rio Minas - Banco do Nordeste	500,0	350,0	150,0
Ecovias Noroeste Paulista - BNDES (Finem)	178,3	-	178,3
Ecovias Noroeste Paulista - BNDES (debêntures)	3.955,0	2.350,0	1.605,0
Total	18.417,3	7.836,1	10.581,2

No 2T26, os financiamentos contratados de longo prazo para as obras de ampliação da capacidade atingiram R\$18.417,3 milhões e o montante a desembolsar, R\$10.581,2 milhões. Portanto, os recursos para a execução do *capex* da **Ecovias Norte Minas, Minas Goiás, Rio Minas, Araguaia e Noroeste Paulista** estão integralmente contratados e serão desembolsados de acordo com o cronograma de execução das obras.

Capex Consolidado por Segmento:

CAPEX ¹ (em milhões de R\$)	2T26			1S26		
	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	Total	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	Total
Concessões Rodoviárias	1.471,8	42,3	1.514,1	2.392,2	80,0	2.472,2
Ecovias Imigrantes	94,7	1,8	96,5	161,6	3,5	165,1
Ecovias Leste Paulista	61,7	2,8	64,5	101,3	5,7	107,0
Ecovias Sul	—	—	—	26,1	8,3	34,4
Ecovias Capixaba	198,8	—	198,8	354,0	—	354,0
Ecovias Ponte	13,4	1,0	14,4	20,2	1,6	21,8
Ecovias Norte Minas	45,1	9,6	54,7	78,2	16,4	94,7
Ecovias Minas Goiás	40,2	16,6	56,8	76,8	21,9	98,7
Ecovias Cerrado	31,5	7,7	39,2	55,3	18,7	74,0
Ecovias Araguaia	225,8	—	225,8	302,9	—	302,9
Ecovias Rio Minas	428,2	—	428,2	716,1	—	716,1
Ecovias Noroeste Paulista	223,2	—	223,2	334,5	—	334,5
Ecovias Raposo Castello	85,5	2,7	88,2	141,5	3,9	145,4
Ecovias das Gerais	23,7	—	23,7	23,7	—	23,7
Ecoporto Santos e Ecopátio Cubatão	4,2	—	4,2	13,9	—	13,9
Outros ²	42,2	—	42,2	58,2	—	58,2
Eliminações	(13,2)	—	(13,2)	(23,4)	—	(23,4)
CAPEX	1.505,0	42,3	1.547,2	2.441,0	80,0	2.520,9
Outorga ao Poder Concedente - Ecovias das Gerais	84,4	—	84,4	84,4	—	84,4
Total	1.589,3	42,3	1.631,6	2.525,3	80,0	2.605,3

1) Considera investimentos contratuais, investimentos não contratuais (pleitos e melhorias) e capitalização de encargos financeiros.

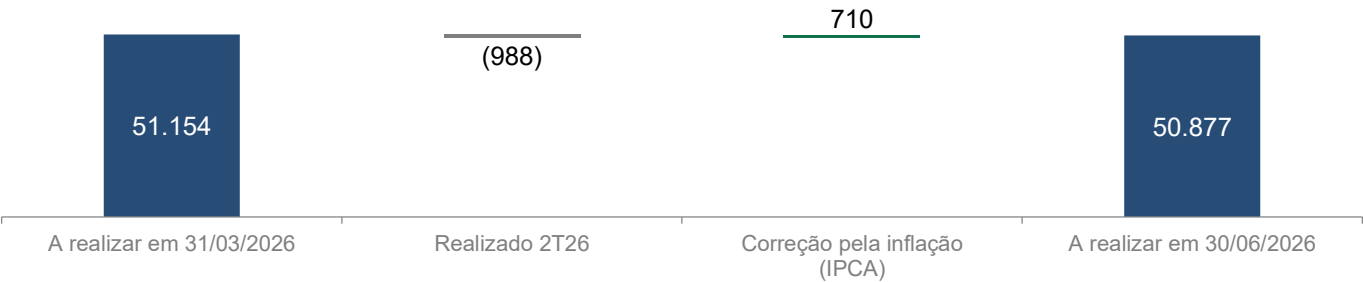
2) Considera Serviços e Holding.

A Companhia destaca a evolução das obras na Ecovias Noroeste Paulista, com a entrega, no trimestre, de 14 km de faixas adicionais nas regiões de São Carlos/SP e Barretos/SP. Na Ecovias Araguaia, o início da construção da segunda ponte sobre o Rio das Almas, em Nova Glória/GO, em razão do avanço nas obras de duplicação na BR-153. A Ecovias Capixaba, iniciou a construção do Contorno de Ibirapu/ES, no trecho Norte da BR-101, projeto que contribuirá para a melhoria da fluidez e o desvio do tráfego de veículos de áreas urbanas.

Comentário do Desempenho

No 2T26, o *capex* totalizou R\$1.547,2 milhões destinados, principalmente, às obras de ampliação da capacidade, melhorias e conservação de pavimento na Ecovias Rio Minas, Araguaia, Noroeste Paulista e Capixaba. O *capex* realizado considera R\$987,7 milhões em investimentos contratuais, R\$161,6 milhões em adiantamentos a fornecedores para mobilizações iniciais de obras, R\$152,8 milhões de juros capitalizados, R\$23,7 milhões da Ecovias das Gerais, além de investimentos não contratuais que serão reequilibrados oportunamente. Considerando a outorga de R\$84,4 milhões da Ecovias Gerais ao poder concedente, os investimentos totalizaram R\$1.631,6 milhões no 2T26.

Evolução do *capex* contratual a realizar das concessões rodoviárias (em milhões de R\$)



Nota: Não considera juros capitalizados, adiantamentos a fornecedores, outros investimentos não contratuais (objeto de reequilíbrios), além da Ecovias das Gerais.

No 2T26, o *capex* contratual a realizar totalizou R\$50.877,0 milhões, redução de 0,5% em relação ao trimestre anterior.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura", "Companhia" ou "EIL") é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuária, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionados às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui doze concessões rodoviárias ativas, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) distribuídos em sete estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sudeste e Centro Oeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo – SP. A controladora final do Grupo EcoRodovias, é a M.g.M.b. Sorgente S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália.

As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias" ou "Grupo") estão sumarizadas nas Notas 2.1 e 11.

2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, IAS 34 – "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board* (IASB)" e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025"), publicadas no dia 18 de março de 2026 no jornal Valor Econômico (versão impressa e on-line) e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.gov.br/cvm, www.b3.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

2.1 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas abaixo:

Notas Explicativas

Controladas	Participação em 30/06/2026	Participação em 31/12/2025	Objetivos principais
<u>Diretas</u>			
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	100%	100%	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além da prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
EIL 01 Participações S.A. ("EIL 01")	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Ecoporto Santos S.A.	100%	100%	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. ("Termares")	100%	100%	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
EIL 04 S.A. ("EIL 04")	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL 06 S.A. ("EIL 06")	-	100%	Participação em outras sociedades na qualidade de sócia e acionista.
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. ("Ecopátio")	100%	100%	Administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos.
<u>Indiretas</u>			
CECM Concessão S.A. ("CECM")	100%	100%	Exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário e participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul ("Ecovias Sul")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias Imigrantes")	100%	100%	Concessão Rodoviária
RDC Concessões S.A. ("RDC")	100%	100%	Exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário e participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecovias Leste Paulista")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Ecovias Capixaba")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecovias Ponte")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Eco050 Concessionária de Rodovias S.A. ("Ecovias Minas Goiás")	100%	100%	Concessão Rodoviária
EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. ("Ecovias Rio Minas")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. ("Ecovias Norte Minas")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. ("Ecovias Cerrado")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária Ecovias das Gerais S.A. ("Ecovias das Gerais")	100%	-	Concessão Rodoviária
Concessionária de Rodovias Noroeste Paulista S.A. ("Ecovias Noroeste Paulista")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária Ecovias Raposo Castelo S.A. ("Ecovias Raposo Castello")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias Araguaia")	100%	100%	Concessão Rodoviária
Holding do Araguaia S.A. ("Holding do Araguaia")	65%	65%	Participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia-quotista.
Argovias Administração e Participações S.A. ("Argovias")	100%	100%	Participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia-quotista

Notas Explicativas

2.2 Controladas em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui participação indireta de 50% na controlada em conjunto Inovap 5 Administração e Participações S.A.

Para mais informações vide Nota 11.

2.3 Aprovação das demonstrações contábeis intermediárias

Em 29 de julho de 2026, o Comitê de Auditoria, analisou e se manifestou favoravelmente a estas Informações Trimestrais e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 30 de julho de 2026.

Os conselheiros têm, na data de aprovação das informações trimestrais, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, o Grupo aplicou a base contábil de continuidade operacional na elaboração das informações trimestrais.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A Administração da Companhia, avaliou as novas normas, alterações e interpretações existentes com a adoção inicial em 1º de janeiro de 2026, e concluiu que não há impacto relevante sobre as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas da Companhia.

4. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. No período de três meses findo em 30 de junho de 2026, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas demonstrações financeiras anuais.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	18	8	27.455	35.442
Equivalentes de caixa:				
Fundo de investimento (a)	6.370	41.056	2.254.435	801.903
Operações compromissadas (b)	-	-	15.685	77.102
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	889.072	219.125
Aplicações automáticas (d)	305	329	19.155	52.625
	<u>6.693</u>	<u>41.393</u>	<u>3.205.802</u>	<u>1.186.197</u>

(a) Em 30 de junho de 2026 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 52,0% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 48,0% aplicações em Cotas de Fundos. (Em 31 de dezembro de 2025 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 19,2% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 80,8% aplicações em Cotas de Fundos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 101,4% em 30 de junho de 2026 (102,7% em 31 de dezembro de 2025) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 90% do CDI em 30 de junho de 2026 (91,8% em 31 de dezembro de 2025), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF.

(c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 102,4% do CDI em 30 de junho de 2026 (102,4% em 31 de dezembro de 2025), sem o risco de perda significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

(d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

O aumento nos saldos de "caixa e equivalentes de caixa" deve-se principalmente a realocação de valores da rubrica "aplicações financeiras".

Notas Explicativas

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Cotas Fundo - BTG CDB I e CDB Plus (a)	2.263	169.950	801.074	3.319.251
Cotas Fundo - BTGP TESOIRO (a)	2.375	—	840.687	—
Cotas Fundo - FIDC_ECO (b)	120	2.606	42.316	50.899
	<u>4.758</u>	<u>172.556</u>	<u>1.684.077</u>	<u>3.370.150</u>

(a) Em 30 de junho de 2026, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundos com gestão do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB I, CDB Plus e BTGP TESOIRO), remunerados à taxa média ponderada de 101,4% do CDI (102,7% em 31 de dezembro de 2025), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui liquidez diária.

(b) Em 30 de junho de 2026, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundos de Direitos Creditórios do Grupo EcoRodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerados à taxa média ponderada de 101,4% do CDI (102,7% em 31 de dezembro de 2025), vinculados ao fundo de investimento.

No Fundo de Direitos Creditórios (FIDC_ECO), os recursos são utilizados para financiar nossos fornecedores através da antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Fundo FIDC_ECO em troca do recebimento antecipado do título. O Fundo FIDC_ECO, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor na conta do Fundo FIDC_ECO. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas informações trimestrais, no passivo circulante, com a nomenclatura "Fornecedores - FIDC" logo abaixo da rubrica "Fornecedores". Em 30 de junho de 2026, o valor antecipado em favor dos fornecedores é de R\$35.040 (R\$27.624 em 31 de dezembro de 2025).

A redução na rubrica "aplicações financeiras" deve-se principalmente a realocação de valores para a rubrica "caixa e equivalentes de caixa".

Notas Explicativas**7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA – CONSOLIDADO**

	30/06/2026	31/12/2025
Fundo de investimento (a)	386.509	376.680
Certificado de depósito bancário (CDB) (b)	93.823	63.197
Conta corrente – Reserva (c)	1.147	3.016
	<u>481.479</u>	<u>442.893</u>
 Circulante	 237.412	 224.146
Não circulante	244.067	218.747

(a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 99,9% do CDI em 30 de junho de 2026 (98,4% em 31 de dezembro de 2025).

(b) O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é remunerado a taxa média ponderada de 88,0% do CDI em 30 de junho de 2026 (86,0% em 31 de dezembro de 2025).

(c) Saldo em Conta Corrente Reserva, referente a movimentação em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Não há remuneração aplicável para Conta Corrente Reserva.

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	30/06/2026	31/12/2025
Pedágio eletrônico	497.256	535.455
Receitas acessórias	12.322	11.430
Recebíveis de portos	33.896	16.037
Receita armazenada	13.823	14.136
Outras contas a receber	19.901	28.404
Venda de terrenos e fibra óptica	2.934	3.940
Desconto de Usuário Frequente (DUF) a receber	9.792	7.456
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(6.713)	(5.798)
	<u>583.211</u>	<u>611.060</u>

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	30/06/2026	31/12/2025
A vencer	580.945	609.511
Vencidos:		
Até 30 dias	3.474	1.783
De 31 a 90 dias	915	1.137
De 90 a 120 dias	128	120
Acima de 120 dias	4.462	4.307
	<u>589.924</u>	<u>616.858</u>

Notas Explicativas

A movimentação do período nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo no início do período	(5.798)	(11.227)
Valores recuperados	1.821	2.956
Valores baixados	15	3.355
Constituição de PECLD	(2.751)	(1.922)
Saldo no fim do período	<u>(6.713)</u>	<u>(6.838)</u>

9. CRÉDITOS PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO

9.1 Conta reserva

	30/06/2026	31/12/2025
Ecovias Araguaia	1.837.492	1.711.377
Ecovias Rio Minas	25.816	37.029
Ecovias Noroeste Paulista	7.204	144
Ecovias Capixaba	24.451	19.915
Ecovias das Gerais (vide Nota 21.1.b)	85.638	-
	<u>1.980.601</u>	<u>1.768.465</u>

9.2 Ativo sujeito a indenização

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo financeiro	352.123	342.059
Residual ativo imobilizado	—	8
	<u>352.123</u>	<u>342.067</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

A natureza dos depósitos judiciais é:

	30/06/2026	31/12/2025
Natureza:		
Cível	17.933	14.830
Tributário	6.244	6.080
Trabalhista	8.575	9.042
Desapropriações	31.060	29.294
THC2 – Terminal Handling Charge	108.585	105.705
Órgão Regulador	25.767	25.839
	<u>198.164</u>	<u>190.790</u>

Em 30 de junho de 2026, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025

Notas Explicativas

11. INVESTIMENTOS

11.1 Controladora

	31/12/2025	Dividendos propostos	Redução de capital	Baixa	Equivalência patrimonial	30/06/2026
ECS	5.086.282	-	-	-	92.729	5.179.011
Ecoporto	273.468	-	(95.000)	-	10.603	189.071
Termares	17.227	(9.798)	-	-	8.078	15.507
EIL 01	19	-	-	-	-	19
EIL04	-	-	-	-	-	-
EIL06 (a)	6	-	-	(6)	-	-
Ecopátio	22.357	-	(8.000)	-	11.070	25.427
Lucros não realizados - Ecovias Capixaba	(630)	-	-	-	26	(604)
	<u>5.398.729</u>	<u>(9.798)</u>	<u>(103.000)</u>	<u>(6)</u>	<u>122.506</u>	<u>5.408.431</u>

(a) Em 07 de abril de 2026, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações com a controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., para venda de 100% de participação da controlada EIL06 S.A., pelo valor do Patrimônio Líquido de R\$6 da investida.

11.2 Consolidado

	31/12/2025	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	30/06/2026
Inovap 5 Adm e Participações S.A. (a)	-	5.868	(4.046)	1.822
	<u>-</u>	<u>5.868</u>	<u>(4.046)</u>	<u>1.822</u>

(a) Em 08 de janeiro de 2026, após aprovação, pela Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Acordo de Investimento celebrado entre a Motiva e a Companhia, e tendo sido integralmente verificadas e cumpridas todas as condições precedentes nele previstas, foi implementada a operação de investimento destinada ao desenvolvimento e à operação conjunta de uma plataforma digital para gestão e processamento de pagamentos de pedágios em pórticos com tecnologia *free flow* ("Operação").

Em decorrência da implementação da Operação, a Motiva e a Companhia passaram, a partir desta data, a deter, cada uma, 50% do capital social da INOVAP 5 ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., empresa que opera a plataforma PedagioDigital (www.pedagogiodigital.com), através de um aporte inicial de R\$868 que a Companhia realizou na INOVAP 5.

Em 09 de fevereiro de 2026, foi deliberado o aumento de capital social da *Joint Venture* no valor de R\$10.000 (dez milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 16.615.791 (dezesesseis milhões, seiscentos e quinze mil, setecentos e noventa e um) de novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$0,60184 cada, totalmente subscritas e integralizadas em 10 de fevereiro de 2026 por suas acionistas na proporção de suas respectivas participações acionárias, ou seja, R\$5.000 para a Companhia.

11.3 Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2025	Amortização	30/06/2026
Direito de concessão – Ecovias Sul	127	(127)	—
	<u>127</u>	<u>(127)</u>	<u>—</u>

Notas Explicativas

11.4 Dividendos a receber:

	31/12/2025	Propostos	Recebidos	30/06/2026
EIL-01	6	—	(6)	—
Termares	—	9.798	(9.798)	—
	<u>6</u>	<u>9.798</u>	<u>(9.804)</u>	<u>—</u>

11.5 A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 30 de junho de 2026:

Controladas diretas	Ativo total	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro/(prejuízo) líquido do período
EIL 01	19	-	19	-	-
ECS	11.899.301	6.720.290	5.179.011	312.774	92.728
Ecoporto	585.007	395.936	189.071	152.776	10.603
Termares	78.951	63.444	15.507	33.338	8.079
EIL 04	-	-	-	-	-
Ecopátio	71.595	46.168	25.427	30.554	11.070
Controladas indiretas					
CECM	10.272	7.786	2.486	-	63
Ecovias Sul	145.321	32.818	112.503	112.140	(93.456)
Ecovias Imigrantes	4.263.255	3.671.099	592.156	999.996	228.609
RDC	57.665	51.428	6.237	-	(32.896)
Ecovias Leste Paulista	2.018.318	1.440.606	577.712	369.364	28.182
Ecovias Capixaba	4.514.401	2.664.939	1.849.462	437.486	10.266
Ecovias Ponte	790.454	552.833	237.621	110.002	6.654
Ecovias Minas Goiás	2.811.417	1.602.602	1.208.815	271.889	6.785
Ecovias Rio Minas	4.821.151	3.015.473	1.805.678	1.087.430	134.119
Ecovias Norte Minas	3.777.631	3.076.234	701.397	292.311	(49.369)
Ecovias Cerrado	1.810.014	990.550	819.464	138.977	(14.436)
Ecovias das Gerais	374.269	110.348	263.921	-	(2.922)
Ecovias Noroeste Paulista	3.895.146	2.717.678	1.177.468	679.060	81.341
Ecovias Raposo Castello	2.809.102	2.646.726	162.376	371.222	21.929
Ecovias Araguaia	6.045.543	4.038.925	2.006.618	460.414	14.086
Holding do Araguaia	2.414.015	1.599.082	814.933	-	(65.991)
Argovias	1.209.117	5	1.209.112	-	6.777
EIL 05	23.767	109	23.658	-	221
EDN	37.186	2.964	34.222	1.049	652

Notas Explicativas

12. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	4,0	25,0	10,0	-	
Taxa média ponderada de depreciação - %	13,8	3,6	6,2	-	4,0	0,5	13,7	7,4	4,6	
CUSTO DO IMOBILIZADO										
Saldos em 31/12/2025	1.280.246	430.673	47.691	8.118	80.530	260.724	31.715	86.466	9.607	2.235.770
Adições	75.356	11.612	2.692	-	-	6	2.473	7.991	8	100.138
Baixas	(931)	(436)	(2)	-	-	-	(3.284)	-	(52)	(4.705)
Transferências	1.399	(1.599)	24	-	10	-	1	137	(10)	(38)
Saldos em 30/06/2026	1.356.070	440.250	50.405	8.118	80.540	260.730	30.905	94.594	9.553	2.331.165
DEPRECIÇÃO ACUMULADA										
Saldos em 31/12/2025	(702.280)	(324.653)	(27.640)	-	(66.458)	(248.620)	(22.215)	(43.688)	(7.096)	(1.442.650)
Adições	(91.010)	(7.751)	(1.532)	-	(1.610)	(669)	(2.030)	(3.352)	(218)	(108.172)
Baixas	7	-	2	-	-	-	2.166	-	52	2.227
Saldos em 30/06/2026	(793.283)	(332.404)	(29.170)	-	(68.068)	(249.289)	(22.079)	(47.040)	(7.262)	(1.548.595)
IMOBILIZADO LÍQUIDO										
Em 30/06/2026	562.787	107.846	21.235	8.118	12.472	11.441	8.826	47.554	2.291	782.570
Em 31/12/2025	577.966	106.020	20.051	8.118	14.072	12.104	9.500	42.778	2.511	793.120

Em 30 de junho de 2026, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rubrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza.

Notas Explicativas

13. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

	Contratos de concessão (a)	Ágio Ecovias Sul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de uso – CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-	-	
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	11,3	-	-	(d)	
CUSTO DO INTANGÍVEL							
SalDOS em 31/12/2025	29.962.990	8.561	394.941	3.162.493	1.598	698.635	34.229.218
Adições	967.523	-	14.019	1.446.354	-	185.239	2.613.135
Baixas	(112.522)	-	(1.716)	(12.841)	-	(73.439)	(200.518)
Transferências	452.874	-	112	(452.948)	-	-	38
SalDOS em 30/06/2026	31.270.865	8.561	407.356	4.143.058	1.598	810.435	36.641.873
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA							
SalDOS em 31/12/2025	(6.148.338)	(8.298)	(248.146)	-	(1.336)	(427.515)	(6.833.633)
Adições	(660.520)	(128)	(22.588)	-	(33)	(100.571)	(783.840)
Baixas	128	-	-	-	-	59.769	59.897
SalDOS em 30/06/2026	(6.808.730)	(8.426)	(270.734)	-	(1.369)	(468.317)	(7.557.576)
INTANGÍVEL LÍQUIDO							
Em 30/06/2026	24.462.135	135	136.622	4.143.058	229	342.118	29.084.297
Em 31/12/2025	23.814.652	263	146.795	3.162.493	262	271.120	27.395.585

(a) Os itens referentes a Contratos de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 30 de junho de 2026, as principais adições nesta rubrica referem-se a: consultorias, pavimentação, duplicações, marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização, implantação de infraestrutura e Ônus de Concessão da Ecovias das Gerais, entre outros.

(b) As taxas médias de amortização em 30 de junho de 2026 foram de 4,29% a.a. (3,66% a.a. em 30 de junho de 2025).

(c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no período findo em 30 de junho de 2026 referem-se às duplicações e melhorias, desapropriações, restauração e reabilitação de pavimentos, levantamento de parâmetros, implantação de sistemas de drenagem, recuperação de obras de artes especiais, restauração de passivos e condicionantes ambientais, recuperação e contenção de encostas, implantação de passarelas, trabalhos iniciais nas rodovias, obras civis nas praças de pedágios, capitalização de encargos, adiantamentos para mobilizações iniciais de obras e custos iniciais da Ecovias das Gerais.

(d) Amortização realizada conforme prazo dos contratos de arrendamento. As adições referem-se a novos contratos de locações de equipamentos, veículos, imóveis, CODESP (Áreas do Ecoporto) e licenciamento de *software*.

Notas Explicativas

Capitalização de juros

No período findo em 30 de junho de 2026, foram capitalizados R\$210.586 referentes a encargos financeiros (R\$171.060 em 30 de junho de 2025) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Adiantamentos para mobilizações

No período findo em 30 de junho de 2026, foram realizados adiantamentos no montante de R\$246.761 (R\$8.906 em 30 de junho de 2025), destinados a mobilizações iniciais de canteiros de obras das controladas da Companhia. Tais adiantamentos serão descontados no decorrer da realização das obras de ampliação e melhorias, de acordo com os respectivos contratos firmados com as empresas de engenharia.

Notas Explicativas

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1 Tributos diferidos - consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição e movimentação para o período:

	Balanco patrimonial			Resultado	
	31/12/2025	Adições	Baixas	30/06/2026	30/06/2026
Realização do ágio na incorporação:					
Ecovias Sul	92	-	(92)	-	(92)
Ecopátio	1.157	-	(145)	1.012	(145)
Argovias	14.045	-	-	14.045	-
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	31.106	4.643	(779)	34.970	3.864
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	266.400	71.736	(116)	338.020	71.620
Provisão para manutenção	79.602	17.259	(24.293)	72.568	(7.034)
Acordo ANPC	6.917	4.578	-	11.495	4.578
AVP ônus da concessão	22.842	15.637	(24.091)	14.388	(8.454)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	259	437	(190)	506	247
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(21.801)	-	1.312	(20.489)	1.312
Juros capitalizados	(284.131)	(54.773)	3.664	(335.240)	(51.109)
Direito reequilíbrio	(21.048)	(12.851)	1.804	(32.095)	(11.047)
Outros	1.864	154	(170)	1.848	(16)
Lucro diferido (b)	(5.401)	(119)	1.877	(3.643)	1.758
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	91.903	46.701	(41.219)	97.385	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					5.482

(a) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladas: ECS, Ecovias Sul, Ecovias Minas Goiás, Ecovias Cerrado, Ecovias Norte Minas e EDN. No período findo em 30 de junho de 2026, a controlada direta ECS não efetuou o registro de novos tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, devido a mudanças na expectativa de recuperabilidade. Porém, mesmo não havendo o registro contábil, fiscalmente o direito ao crédito permanece e não tem data de expiração, conforme determina a legislação brasileira. Em havendo novamente expectativa de recuperabilidade futura, a Companhia procederá com o registro contábil.

(b) Lucro diferido de valores a receber do Poder Concedente conforme Decreto-Lei nº 1.598/77 (IRPJ), art. 57 da Lei nº 8.981/95 e do art. 3º da IN RFB nº 1.700/17 (CSLL) das controladas Ecovias Araguaia, Ecovias Noroeste Paulista, Ecovias Rio Minas e Ecovias Raposo Castello.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC32 - Tributos sobre o Lucro, parágrafo 73, a Companhia possui em 30 de junho de 2026 R\$286.217 no ativo não circulante e R\$188.832 no passivo não circulante (R\$267.331 no ativo não circulante e R\$175.428 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025), e registrou crédito de R\$5.482 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do período.

Notas Explicativas

14.2 Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.357	351.113	231.873	696.522
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(3.861)	(119.378)	(78.837)	(236.817)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(6.776)	(6.262)
Gratificações/PPR diretores	(1.466)	(796)	(3.267)	(1.828)
Equivalência patrimonial	41.652	137.077	(1.375)	-
Despesas indedutíveis	(5)	(5)	(250)	(283)
Amortização de ágio	(265)	(87)	(280)	(580)
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	1.242	1.691
Créditos tributários não constituídos (a)	(36.474)	(16.686)	(135.870)	(136.705)
AVP ônus da concessão - Ecovias Norte Minas	-	-	(24.091)	-
Operações descontinuadas	(167)	175	(167)	175
Acordo leniência/Não persecução cível	-	-	(11.014)	(216)
Capitalização juros s/investimentos	-	-	13.535	5.006
Outros	586	(300)	3.537	15.743
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(243.613)	(360.076)
Imposto de renda e contribuição social correntes (b)	-	-	(249.095)	(337.377)
Impostos diferidos	-	-	5.482	(22.699)
Taxa efetiva	-	-	105,1%	51,7%

(a) São compostos pela Companhia e pelas controladas ECS, CECM, RDC, Holding do Araguaia e Ecoporto em função de não haver expectativa de rentabilidade futura.

(b) Em 30 de junho de 2026, a controlada Ecovias Rio Minas registrou benefício de IRPJ corrente de R\$3.425, conforme Medida Provisória nº 2.199-14/2021 e na Lei nº 14.753/2023 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

14.3 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A movimentação do período do imposto de renda e contribuição social a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025
Saldo no início do período provisão IR/CS	188.737	129.714
Despesa IR/CS DRE	249.095	337.377
Total de IR/CS pagos	(333.886)	(311.033)
Saldo no fim do período provisão IR/CS	103.946	156.058

Notas Explicativas**15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO**

Modalidade	30/06/2026	31/12/2025
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	2.606.628	2.723.812
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	391.898	399.603
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	104.356	105.164
CCB - FNO	293.633	300.328
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	351.239	350.701
Outros	4.304	5.094
	<u>3.752.058</u>	<u>3.884.702</u>
Circulante	167.029	192.303
Não circulante	3.585.029	3.692.399

A movimentação do período dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo no início do período	3.884.702	3.084.239
Adições/(custo captação) (a)	53.268	(2.507)
Juros (Nota 27)	148.353	111.549
Variação cambial/monetária (Nota 27)	83.361	63.470
Pagamento de principal	(281.363)	(65.915)
Pagamento de juros	(136.263)	(108.719)
Saldo no fim do período	<u>3.752.058</u>	<u>3.082.117</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/06/2026	31/12/2025
2027	78.637	207.252
2028	163.740	221.504
2029	173.355	205.447
2030	183.534	198.879
2031	195.419	190.671
Posteriores a 2031	2.790.344	2.668.646
	<u>3.585.029</u>	<u>3.692.399</u>

(a) As principais adições no período referem-se a:

Companhia	Modalidade	Montante bruto
Ecovias Rio Minas	BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	60.000

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"). Os referidos índices são medidos semestralmente ou anualmente conforme cada contrato, com base nas Demonstrações Financeiras de cada período ou exercício. As controladas da Companhia estão adimplentes com os índices financeiros ("covenants") dos referidos contratos.

Notas Explicativas

Abaixo a Companhia demonstra os índices que devem ser medidos semestralmente:

Empresa	Instituição financeira	Descrição da cláusula	Índice requerido	Medido
Ecovias Minas Goiás	BDMG, FINISA e FDCO	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	$\geq 1,20$	2,07
	BNDES, BDMG, FINISA e FDCO	Patrimônio Líquido / Ativo Total	$\geq 20\%$	43,0 %
	BDMG, FINISA e FDCO	Dívida líquida/EBITDA ajustado (Interveniente ECS)	$\leq 4,75$	3,81

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

As controladas da Companhia estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas descritas acima.

16. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures no período está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Saldo no início do período	1.266.517	591.598	22.478.925	16.950.682
(Custo captação)/Adições (a)	(7)	-	2.882.566	4.922.310
Juros (Nota 27)	93.783	28.579	1.080.122	920.396
Variação monetária (Nota 27)	-	-	584.802	367.203
Amortização de custos com emissão (Nota 27)	874	304	33.132	36.421
Pagamento de principal	-	(285.000)	(979.954)	(2.395.333)
Pagamento de juros	(82.492)	(37.243)	(980.157)	(971.390)
Saldo no fim do período	1.278.675	298.238	25.099.436	19.830.289
Circulante	36.266	203.336	729.023	3.942.789
Não circulante	1.242.409	94.902	24.370.413	15.887.500

(a) As adições no período findo em 30 de junho de 2026, refere-se a:

(i) R\$524.294 em entrada de recursos da 2ª série da 4ª emissão de debêntures da controlada indireta Ecovias Rio Minas.

(ii) Ecovias Capixaba

Em 15 de maio de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta Ecovias Capixaba, foi aprovada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da

Notas Explicativas

espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional prestada pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (ECS), conforme estabelecido na escritura da emissão, em série única, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM nº 160 e da Lei nº 12.431/2011.

A emissão compreendeu 2.400.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, totalizando R\$2.400.000. As debêntures possuem vencimento em 15 de junho de 2030 e são remuneradas a IPCA acrescido de 8,64% a.a. Os juros e o principal são liquidados integralmente no vencimento da operação, não havendo pagamentos periódicos de juros ou amortizações parciais antes dessa data.

Os recursos líquidos captados foram destinados ao reembolso de gastos e despesas já incorridos e à realização de investimentos futuros relacionados ao Projeto de investimento prioritário enquadrado pelo Ministério dos Transportes (Processo nº 50000.013297/2026-99 e Nota Técnica nº 14/2026/CFOM/GAB-SFPLAN/SE) enquadrado nos termos da Lei nº 12.431/2011 e aprovado pelo Ministério dos Transportes.

A emissão possui cláusulas usuais para operações dessa natureza, incluindo *covenants* financeiros e hipóteses de vencimento antecipado previstas na escritura, dentre elas eventos de inadimplemento e demais condições contratuais aplicáveis.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

Controladora						
30/06/2026			31/12/2025			
Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total	
2027	-	(875)	(875)	-	(1.749)	(1.749)
2028	-	(1.752)	(1.752)	-	(1.751)	(1.751)
2029	-	(1.755)	(1.755)	-	(1.754)	(1.754)
2030	416.666	(1.659)	415.007	416.666	(1.658)	415.008
2031	416.667	(1.069)	415.598	416.667	(1.068)	415.599
Posteriores a 2031	416.667	(481)	416.186	416.667	(480)	416.187
	1.250.000	(7.591)	1.242.409	1.250.000	(8.460)	1.241.540

Consolidado						
30/06/2026			31/12/2025			
Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total	
2027	1.089.364	(59.219)	1.030.145	1.190.792	(72.661)	1.118.131
2028	800.685	(62.762)	737.923	727.424	(51.385)	676.039
2029	3.919.806	(51.045)	3.868.761	3.725.807	(39.622)	3.686.185
2030	4.602.844	(38.608)	4.564.236	2.173.518	(32.558)	2.140.960
2031	3.462.744	(26.389)	3.436.355	3.339.854	(25.508)	3.314.346
Posteriores a 2031	10.836.798	(103.805)	10.732.993	10.060.960	(94.445)	9.966.515
	24.712.241	(341.828)	24.370.413	21.218.355	(316.179)	20.902.176

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("*covenants*"), podendo ser medidos trimestral ou anualmente. As controladas da Companhia estão adimplentes com os referidos índices.

Os contratos de debêntures da Companhia e das controladas ECS, Ecovias Ponte, Ecovias Norte Minas, Holding do Araguaia, Ecovias Rio Minas, Ecovias Cerrado, Ecovias Capixaba, Ecovias Minas Goiás e Ecovias Raposo Castello, possuem cláusulas restritivas de "*cross default*" que estabelecem a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia, das próprias controladas e de outras controladas relevantes da Companhia. Em 30 de junho de 2026, inexistiu evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a cláusulas restritivas da Companhia e das referidas controladas.

Notas Explicativas

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Companhia e suas controladas estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos.

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Passivo de arrendamento:	2.615	3.362	363.849	293.224
Circulante	1.015	1.545	148.831	163.717
Não circulante	1.600	1.817	215.018	129.507

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Saldo inicial do período	3.362	4.745	293.224	242.195
Adições (Nota 13.d)	-	-	185.239	73.917
Baixas	-	-	(16.075)	(2.740)
Encargos financeiros (Nota 27)	189	296	16.985	14.532
Pagamento de principal	(747)	(686)	(98.539)	(57.805)
Pagamento de juros	(189)	(296)	(16.985)	(14.532)
Saldo no fim do período	2.615	4.059	363.849	255.567

Notas Explicativas

18. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2026, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

18.1 Controladora

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)		Total	A realizar	Montantes envolvidos			Receita	Outras informações	
			Data início	Data final			Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento		Garantias	Posição contratual
h)	Itinera Construções Ltda.	Outras Partes Relacionadas	30/6/2026	31/12/2026	303	28	5	-	Em até 45 dias	28	N/A	Credor
	Saldo em 30 de junho de 2026						5	—		28		
	Saldo em 31 de dezembro de 2025						5	4.000				
	Saldo em 30 de junho de 2025									26		

Notas Explicativas

18.2 Consolidado

Contrato (se aplicável)							Montantes envolvidos				Outras informações		
Companhia	Natureza	Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Receita	Custo	Intangível	Garantias	Posição contratual
CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda. TB Transportadora Betumes Ltda.	Outras Partes Relacionadas	01/03/2024	01/08/2027	378.324	146.867	—	4.322	Em até 45 dias	-	-	56.091	N/A	Devedor
Consórcio Instalações SM	Outras partes relacionadas	25/08/2025	31/05/2036	591.792	546.303	—	6.736	Em até 45 dias	-	-	28.325	N/A	Devedor
Consórcio NN Engenharia e Consultoria	Outras Partes Relacionadas	03/06/2026	30/06/2026	1.168	20	—	1.031	Em até 45 dias	-	-	1.147	N/A	Credor
Itinera Construções Ltda.	Outras Partes Relacionadas	31/03/2026	31/12/2026	303	28	5	—	Em até 45 dias	28	-	-	N/A	Credor
Igli do Brasil Participações Ltda.	Outras Partes Relacionadas	01/01/2025	31/03/2026	60	30	5	—	Em até 45 dias	30	-	-	N/A	Credor
ICCR 153 S.A.	Outras Partes Relacionadas	18/10/2021	18/01/2057	5.460.933	4.726.648	—	54.986	Em até 45 dias	-	-	95.890	-	-
ICCR Noroeste Paulista S.A.	Outras Partes Relacionadas	01/11/2024	01/11/2029	1.400.540	1.147.499	—	82.542	Em até 45 dias	-	-	81.305	-	-
ICCR Rio Minas S.A.	Outras Partes Relacionadas	08/03/2024	08/03/2031	6.262.142	5.878.152	—	131.256	Em até 45 dias	-	-	165.199	-	-
Itinera Construções Ltda.	Outras Partes Relacionadas	18/07/2025	31/07/2026	65	—	5	—	Em até 45 dias	32	-	-	N/A	Credor
Sinelec Brasil Ltda.	Outras Partes Relacionadas	25/10/2023	31/05/2031	55.221	36.837	4	34	Em até 45 dias	22	-	1.853	N/A	Credor
Saldo em 30 de junho de 2026						18	280.907	112		-	429.810		
Saldo em 31 de dezembro de 2025						18	208.430						
Saldo em 30 de junho de 2025								56		28	330.334		

Em 30 de junho de 2026, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2026 em R\$38.482 (R\$40.856 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025) , sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

Notas Explicativas**19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO**

	31/12/2025	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2026
Constituição da provisão para manutenção	2.416.845	54.634	-	-	2.471.479
Efeito do valor presente sobre constituição	(513.053)	(14.128)	-	-	(527.181)
Realização da manutenção	(2.031.529)	-	(71.197)	-	(2.102.726)
Ajuste a valor presente – realizações	439.093	-	-	10.256	449.349
	<u>311.356</u>	<u>40.506</u>	<u>(71.197)</u>	<u>10.256</u>	<u>290.921</u>
 Circulante	 97.166				 61.414
Não circulante	214.190				229.507

20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

	31/12/2025	Adição/baixa (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2026
Constituição da provisão para obras futuras	242.449	(5.385)	-	-	237.064
Efeito do valor presente sobre a constituição	(54.110)	-	-	-	(54.110)
Realização da construção	(146.932)	-	(8.767)	-	(155.699)
Ajuste a valor presente – realizações	23.488	-	-	210	23.698
Atualização monetária	14.141	-	-	2.364	16.505
	<u>79.036</u>	<u>(5.385)</u>	<u>(8.767)</u>	<u>2.574</u>	<u>67.458</u>
 Circulante	 57.404				 20.938
Não circulante	21.632				46.520

Notas Explicativas

21. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO

21.1 Outorgas fixas, variáveis, taxas de fiscalização e outras

	30/06/2026	31/12/2025
Parcelas:		
Variáveis	5.823	8.746
Fixas	1.347.641	1.302.471
Taxas fiscalização	5.523	4.190
Conta ajuste/aporte da concessão (Nota 9.1)	1.980.601	1.768.465
Outras	2.640	2.219
	<u>3.342.228</u>	<u>3.086.091</u>
Circulante	156.120	137.354
Não circulante	3.186.108	2.948.737

A movimentação do período das obrigações com poder concedente está demonstrada a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo no início do período	3.086.091	2.687.930
Baixa parcelas conforme 3º e 4º aditivo contratual Ecovias Norte Minas (a)	(41.067)	-
Adição principal (b)	84.353	-
Custo (Nota 26)	83.253	74.029
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (Nota 27)	86.237	82.679
Rendimento de aplicação conta ajuste (líquido IRRF)	101.181	80.633
Retenções tarifa e conta ajuste (ARTESP/ANTT)	62.538	57.414
Reembolso DUF (Ecovias Rio Minas e Ecovias Araguaia)	(12.097)	(11.770)
Reembolso ANTT isenções Viúva Graça (Ecovias Rio Minas)	(25.474)	(25.041)
Pagamento do principal	(82.787)	(83.199)
Saldo no fim do período	<u>3.342.228</u>	<u>2.862.675</u>

(a) Em 03 de dezembro de 2025, foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo ("3º Termo Aditivo"), e em 06 de fevereiro de 2026, foi assinado o Quarto Termo Aditivo ("4º Termo Aditivo"), da controlada indireta Ecovias Norte Minas, tendo por objeto, além de outras providências, a concessão de desconto do valor da outorga pela Concessionária, nos meses de dezembro/2025 a junho/2026, considerando ambos os aditivos, em virtude do processo de Revisão Extraordinária em andamento.

(b) Em 15 de maio de 2026, a controlada indireta Concessionária Ecovias das Gerais realizou o depósito de R\$84.353 na "Conta Aporte" da concessão, conforme proposta vencedora do Edital de Concessão nº 05/2025 da ANTT. O valor foi registrado na rubrica "Contrato de Concessão" no Intangível (Vide Nota Explicativa nº13).

21.2 Outros compromissos relativos a concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2026, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Notas Explicativas

30/06/2026 (até o fim do prazo de concessão)				
Natureza dos custos				
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecovias Imigrantes	332.587	405.643	33.456	771.686
Ecovias Leste Paulista	42.010	179.464	295.128	516.602
Ecovias Capixaba	4.093.720	1.624.278	2.187.538	7.905.536
Ecovias Ponte	186.602	147.883	117.189	451.674
Ecovias Minas Goiás	149.139	1.068.484	503	1.218.126
Ecovias Rio Minas	7.239.288	4.028.410	1.761.589	13.029.287
Ecovias Norte Minas	124.241	618.137	112.580	854.958
Ecovias Cerrado	419.230	1.369.596	15.593	1.804.419
Ecovias Noroeste Paulista	3.439.303	4.471.433	800.226	8.710.962
Ecovias Araguaia	3.783.877	3.419.169	489.221	7.692.267
Ecovias Raposo Castello	3.046.297	3.932.678	939.424	7.918.399
Total	22.856.294	21.265.175	6.752.447	50.873.916

21.3 Novos contratos assinados**(a) Ecovias das Gerais**

Contratante: União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Data de assinatura: 03 de junho de 2026 (início do prazo de concessão em 03 de julho de 2023, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens).

Objeto da Concessão: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-251/MG e BR-116/MG, mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

Índice de reajuste: IPC-A

Data de reajuste: 01 de dezembro de cada ano (sendo a primeira em 01 de dezembro de 2027)

Prazo de vigência: 02 de julho de 2056 (30 anos)

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado por uma única vez, inclusive de forma antecipada, a critério do Poder Concedente e de um comum acordo com a Concessionária, por no máximo 30 (trinta) anos, nos termos da legislação vigente em conformidade com os critérios e procedimentos estabelecidos em normativo específico.

Recursos vinculados: Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, por aportes de terceiros, públicos ou privados, provenientes de outros contratos de concessão, conforme decisão do Poder Concedente, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço do Insumo; (ii) compensações decorrentes do acionamento do Mecanismo de Compartilhamento do Risco de Demanda; (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; (v) atenuação dos impactos de Reclassificação Tarifária, em caso de saldo relevante de Recursos Vinculados; (vi) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão; e (vii) realização de ações voltadas ao desenvolvimento de infraestrutura resiliente, à redução de emissões de gases de efeito estufa, ao meio ambiente e

Notas Explicativas

à responsabilidade social, além daquelas estabelecidas explicitamente no referido contrato, e em conformidade com a regulamentação da ANTT.

Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a 1% (um por cento) da Receita Bruta, ao longo de todo o prazo da concessão, podendo ser ajustado em razão da aplicação dos mecanismos contratuais e dos fatores de reequilíbrio, na forma prevista no contrato.

Casos de extinção: Conforme cláusula 33 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato.

22. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

22.1 CECM e RDC

A Companhia e a sua controlada EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. tiveram, em 27 de maio de 2026, homologado o Termo de Acordo de Resolução Global de Controvérsias ("Acordo Global"), em processo de mediação, perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4, entre as controladas indiretas CECM Concessões S.A., anteriormente denominada Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., e RDC Concessões S.A., anteriormente denominada Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas ("Concessionárias do Paraná"), o Estado do Paraná ("Estado"), o Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná ("DER/PR"), o Ministério Público Federal ("MPF"), a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados ("AGEPAR") e a Procuradoria-Geral do Estado do Paraná ("PGE"), todos em conjunto, "Partes".

O Acordo Global equacionou as pendências relativas aos contratos de concessão das Concessionárias do Paraná ("Contratos de Concessão"), contemplando o encerramento (i) dos processos administrativos e ações judiciais entre as Partes, com destaque para as descritas na nota explicativa 22.1 das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) dos eventos de desequilíbrio da equação econômico-financeira dos Contratos de Concessão que não haviam sido solucionados quando do encerramento das concessões. Em contrapartida, as Concessionárias se obrigaram, conjuntamente, ao desembolso no valor de R\$45.200.000 (Quarenta e cinco milhões e duzentos mil reais), na data-base julho/25, mediante a realização de obra definida pelo DER/PR e aceita pelas Partes. As Concessionárias efetuaram, ainda, em 23 de junho de 2026, o pagamento de R\$500.000 (Quinhentos mil reais), na data-base julho/25, à AGEPAR, para encerramento de autos de infração administrativos.

O Acordo Global também contemplou o cumprimento integral das obrigações assumidas no Acordo de Leniência, celebrado em 12 de agosto de 2019, com a sua consequente quitação plena.

22.2 Ecovias Sul

Pavimento

Ação judicial proposta pela Concessionária em 22 de março de 2021 em que discute a ilegalidade dos atos praticados pela ANTT quanto aos critérios de apuração do cronograma de investimentos das obras de recuperação e manutenção do pavimento incorporadas ao Contrato pelo 6º Termo Aditivo. Em suma, a partir de 2020 a ANTT alterou os critérios para a aceitação das obras incluídas pelo Aditivo e, com base nesse novo entendimento, revisou avaliações de anos anteriores para apontar inexecuções de obras que já haviam sido aceitas, acarretando em elevados índices de inexecução. Como consequência disso, iniciou processos administrativos para a aplicação de multas à Concessionária estimadas em R\$26.661, determinou o refazimento das obras que haviam sido aceitas entre 2016-2019 e apurou desconto tarifário correspondente a 3,17% a ser aplicado no processo de Revisão Ordinária da Tarifa de 2021. Nesse contexto, a Concessionária pleiteou, cautelarmente, que o Judiciário suspendesse as decisões emitidas pela Agência que concluem i) pela aplicação de desconto na tarifa básica de

Notas Explicativas

pedágio; ii) pela aplicação de penalidades e; iii) pelo refazimento de obras, com base nessa alteração de entendimento. No mérito, a Concessionária requereu a declaração de que as obras executadas atenderam as regras contratuais estabelecidas no 6º Termo Aditivo ao Contrato.

Em 11 de junho de 2021, após ouvir a ANTT, o Judiciário reconheceu liminarmente os argumentos da Concessionária e determinou que a ANTT se abstenha, até a sentença, de a) exigir e/ou impor novas sanções à requerente e a aplicar redução tarifária com fundamento nos fatos levados ao juízo; e b) exigir o refazimento das obras realizadas a partir do 6º Termo Aditivo até que seja proferida sentença nos autos. Em 01 de outubro de 2021, o TRF01 negou provimento ao agravo de instrumento da ANTT e manteve a decisão liminar.

Em 01 de dezembro de 2023 foi proferida sentença que confirmou a inadequação dos atos praticados pela ANTT em violação ao Termo Aditivo celebrado entre as partes. A sentença referendou a medida cautelar concedida e determinou que a Agência "deixe de aplicar a nova orientação, mantendo-se a fiscalização apenas com base em parâmetros de desempenho, bem como deixe de aplicar a nova orientação de forma retroativa para os anos de 2016-2019". A ANTT apresentou recurso de apelação em 20 de fevereiro de 2024. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pela ANTT.

Reajuste tarifário

Em 26 de dezembro de 2023 foi publicada a Deliberação ANTT nº 443/2023, de 21 de dezembro de 2023, que aprovou a 19ª Revisão Ordinária e 16ª Revisão Extraordinária, bem como a 20ª Revisão Ordinária, referente aos reajustes anuais de 2023 e 2024, retomando-se a regularidade regulatória do Contrato de Concessão. Os referidos processos de Revisão Ordinária reequilibraram as perdas de receita decorrentes da suspensão e atrasos na aplicação dos reajustes tarifários anuais de 2021, 2022 e 2023 em suas respectivas datas-bases, acarretando no incremento da tarifa em 28,9% a partir de 1º de janeiro de 2024.

O atraso na implementação dos referidos reajustes gerou uma perda de receita, agora reequilibrada em favor da Concessionária, reconhecida contabilmente até a data de 30 de outubro de 2023. Os respectivos montantes reconhecidos foram de R\$78.582, em 31 de dezembro de 2022, e R\$51.436, no período encerrado em 30 de outubro de 2023.

No processo de reajuste tarifário de 2026, a ANTT reconheceu um valor de recomposição de R\$80.611 decorrente da manutenção da tarifa de 2024 ao longo de 2025, que depois da compensação do VL/VP (fator multiplicador de tarifa pela diferença de veículo leve/veículo pesado), para o tráfego real (conforme determinação do TCU - Acórdão 2.275/2021), gerou crédito a ser recomposto de R\$59.002 em favor da Concessionária. Esse montante deverá ser liquidado por meio de procedimento de haveres e deveres, depois da conclusão do Contrato.

Haveres e deveres

As 00hs de 04 de março de 2026, foi encerrado o Contrato de Concessão da controlada indireta Ecovias Sul. O encerramento se dá conforme as condições previstas contratualmente.

Com o encerramento do Contrato de Concessão, a ANTT deverá proceder com a consolidação do saldo contratual no âmbito do processo de haveres e deveres, conforme previsto na Resolução nº 6.063/2025 da ANTT.

Embasada nos pareceres elaborados por assessores jurídicos e notas técnicas já emitidas pela ANTT, em 31 de março de 2026, a controlada registrou o montante de R\$38.600, como sendo sua melhor estimativa de encontro de contas para haveres e deveres de temas em discussão com o poder concedente, sendo o principal valor a reconstrução e alteamento de 3 pontes realizadas emergencialmente no ano de 2025. Adicionalmente reclassificou o montante de R\$59.002, destacado acima do reajuste tarifário não aplicado no exercício de 2025. Em 30 de junho de 2026, o saldo estimado de haveres e deveres é de R\$99.135.

Notas Explicativas

22.3 Ecoporto

Em 30 de junho de 2026, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, com exceção do fato de que está vigente o Contrato de Transição DIPRE-DINEG/02.2026, firmado a Autoridade Portuária de Santos S.A. ("APS") e o Ecoporto Santos S.A., em 28 de maio de 2026, garantindo a manutenção das operações portuárias e de armazenagem de carga realizadas pelo Ecoporto, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 31 de maio de 2026.

22.4 Ecovias Capixaba

Em 30 de junho de 2026, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, com exceção do fato de que, em 29 de junho de 2026, foi interposto Agravo, pela Ecovias Capixaba, visando ao processamento do seu Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça, na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES.

23. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDADO

23.1 Causas prováveis

Consolidado	Ambientais	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2026	2.806	277.167	20.263	56.583	356.819
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	38	10.551	6.897	3.970	21.456
(-) Pagamentos/baixas	-	(12.700)	(4.283)	(408)	(17.391)
(+/-) Atualização monetária	(328)	16.453	1.379	2.669	20.173
Saldos em 30 de junho de 2026	<u>2.516</u>	<u>291.471</u>	<u>24.256</u>	<u>62.814</u>	<u>381.057</u>

Em 30 de junho de 2026, não houve alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

23.2 Causas possíveis

	30/06/2026	31/12/2025
Ambientais	1.488	2.046
Cíveis	1.298.452	1.324.024
Trabalhistas	110.169	84.965
Tributários (a)	585.085	358.249
	<u>1.995.194</u>	<u>1.769.284</u>

(a) A principal variação no período refere-se a processos relacionados a cobranças de IPTU, discussões fiscais envolvendo a exigência de IRRF e processos relativos a utilização de ágio na apuração de IRPJ e CSLL.

Notas Explicativas

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Capital social

A composição do capital social da Companhia está demonstrada a seguir:

Acionistas	30/06/2026		31/12/2025	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Igli do Brasil Participações Ltda.	321.627.460	46,189 %	321.627.460	46,189 %
IGLI S.p.A.	44.989.150	6,461 %	44.989.150	6,461 %
Outros (free-float)	329.004.616	47,248 %	329.004.616	47,248 %
Ações em tesouraria	712.998	0,102 %	712.998	0,102 %
Total ações ordinárias	696.334.224	100,000%	696.334.224	100,000%

24.2 Reserva de lucros e de capital

Para o período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia não apresentou movimentações de reservas de lucro e de capital de acionistas controladores.

24.3 Participação de acionistas não controladores

A movimentação do período das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas está demonstrado a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo no início do período	271.575	263.186
Aporte de capital (a)	36.749	11.200
Participação nos resultados do período	(23.097)	(14.667)
Constituição de orçamento de capital com dividendos 2024	-	2.222
Saldo no fim do período	285.227	261.941

a) Os aportes foram realizados pela Perseus Infra Participações S.A. (anteriormente denominada GLP X Participações S.A.) na controlada Holding do Araguaia, onde a Perseus possui 35% de participação.

Notas Explicativas**25. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADO**

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas com arrecadação de pedágio	1.865.516	1.853.848	3.724.162	3.543.949
Receitas de construção (a)	1.118.725	899.277	1.867.204	1.656.547
Receitas portuárias	138.340	130.515	265.899	268.322
Receitas acessórias	33.955	31.087	67.931	62.453
Receitas logísticas	20.290	19.283	35.601	31.086
Receita bruta total	<u>3.176.826</u>	<u>2.934.010</u>	<u>5.960.797</u>	<u>5.562.357</u>
Deduções da receita	(199.472)	(194.213)	(403.106)	(375.387)
Deduções do reconhecimento da receita	(22.016)	(21.660)	(43.478)	(42.714)
Receita líquida	<u>2.955.338</u>	<u>2.718.137</u>	<u>5.514.213</u>	<u>5.144.256</u>
Deduções				
COFINS (b)	(77.670)	(75.154)	(157.390)	(146.103)
PIS (c)	(16.837)	(16.292)	(34.114)	(31.673)
ISS (d)	(103.872)	(102.062)	(209.509)	(196.328)
Dedução do reconhecimento da receita (e)	(22.016)	(21.660)	(43.478)	(42.714)
Abatimentos	(1.093)	(705)	(2.093)	(1.283)
	<u>(221.488)</u>	<u>(215.873)</u>	<u>(446.584)</u>	<u>(418.101)</u>

(a) Sobre a receitas de construção não há incidência de impostos.

(b) Alíquota para: concessionárias 3%; portos, serviços e logística 7,6%.

(c) Alíquota para: concessionárias 0,65%; portos, serviços e logística 1,65%.

(d) Alíquota média de 5,0%.

(e) Refere-se a contraprestação variável e abatimento por volume das despesas com vendas das controladas diretas Ecoporto e Termare, classificadas de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes.

Notas Explicativas

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em		Seis meses findos em		Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Pessoal	11.642	8.503	20.167	16.149	176.753	170.875	348.746	318.473
Conservação e manutenção	36	236	40	274	71.001	74.126	126.850	137.846
Serviços de terceiros (a)	1.192	1.467	2.990	3.537	124.744	110.468	231.617	214.166
Seguros	392	435	779	866	11.411	10.013	22.175	19.768
Poder concedente (Nota 21)	-	-	-	-	42.476	36.493	83.253	74.029
Provisão para manutenção (Nota 19)	-	-	-	-	20.460	32.209	40.506	53.322
Custo de construção de obras	-	-	-	-	1.118.725	899.277	1.867.204	1.656.547
Depreciações e amortizações (Notas 12 e 13)	553	587	1.149	1.172	342.758	327.207	892.012	630.503
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	15	82	86	139	3.847	9.452	9.353	17.999
Outros custos e despesas operacionais	(66)	435	671	1.153	57.200	46.925	112.589	90.851
	<u>13.764</u>	<u>11.745</u>	<u>25.882</u>	<u>23.290</u>	<u>1.969.375</u>	<u>1.717.045</u>	<u>3.734.305</u>	<u>3.213.504</u>
Classificados como:								
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	1.872.635	1.626.898	3.549.829	3.039.600
Despesas gerais e administrativas	13.764	11.745	25.882	23.290	96.740	90.147	184.476	173.904
	<u>13.764</u>	<u>11.745</u>	<u>25.882</u>	<u>23.290</u>	<u>1.969.375</u>	<u>1.717.045</u>	<u>3.734.305</u>	<u>3.213.504</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

Notas Explicativas

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora				Consolidado			
	Três meses findos em		Seis meses findos em		Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas financeiras:								
Receita de aplicações financeiras	3.590	211	10.848	476	161.122	118.189	332.673	244.003
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 10)	-	-	-	-	2.041	2.417	4.216	4.641
Atualização monetária venda Elog	-	-	-	26	-	-	-	26
Atualização monetária ativo sujeito à indenização	-	-	-	-	5.254	2.495	10.064	5.873
Outras	62	127	127	206	8.758	5.613	16.350	10.804
	<u>3.652</u>	<u>338</u>	<u>10.975</u>	<u>708</u>	<u>177.175</u>	<u>128.714</u>	<u>363.303</u>	<u>265.347</u>
Despesas financeiras:								
Juros sobre debêntures (Nota 16)	(45.928)	(10.994)	(93.783)	(28.579)	(545.661)	(482.846)	(1.080.122)	(920.396)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	-	-	(76.231)	(56.054)	(148.353)	(111.549)
Variação monetária sobre debêntures (Nota 16)	-	-	-	-	(328.993)	(140.164)	(584.802)	(367.203)
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 16)	(437)	(101)	(874)	(304)	(17.007)	(17.606)	(33.132)	(36.421)
Variação monetária sobre direito de outorga (Nota 21)	-	-	-	-	(41.998)	(35.481)	(86.237)	(82.679)
Variação monetária e AVP - Acordo Não Persecução Cível	-	-	-	-	(3.887)	(3.162)	(6.706)	(7.254)
Ajuste a valor presente – provisão de manutenção e provisão de obras futuras (Notas 19 e 20)	-	-	-	-	(5.099)	(9.999)	(12.830)	(17.759)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	-	-	-	(52.365)	(35.099)	(83.361)	(63.470)
Juros capitalizados	-	-	-	-	152.809	71.535	210.586	171.060
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(171)	(15)	(511)	(31)	(8.781)	(8.444)	(16.610)	(15.314)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 23)	(216)	-	(593)	31	(12.348)	(6.837)	(20.173)	(16.302)
Atualização monetária outras contas a pagar	-	-	-	-	(700)	(899)	(1.227)	(2.725)
Juros sobre arrendamentos – CPC 06 (R2) (Nota 17)	(89)	(143)	(189)	(296)	(9.348)	(7.829)	(16.985)	(14.532)
Outras	(113)	(13)	(186)	(64)	(32.178)	(10.034)	(51.110)	(18.609)
	<u>(46.954)</u>	<u>(11.266)</u>	<u>(96.136)</u>	<u>(29.243)</u>	<u>(981.787)</u>	<u>(742.919)</u>	<u>(1.931.062)</u>	<u>(1.503.153)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(43.302)</u>	<u>(10.928)</u>	<u>(85.161)</u>	<u>(28.535)</u>	<u>(804.612)</u>	<u>(614.205)</u>	<u>(1.567.759)</u>	<u>(1.237.806)</u>

Notas Explicativas**28. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO**

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro básico e diluído – resultado de operações continuadas e descontinuadas	0,02	0,50
Lucro básico e diluído – resultado de operações continuadas	0,02	0,50

28.1 Lucro por ação

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	10.867	350.597
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	11.357	351.113
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	696.334	696.334
Média ponderada das ações em tesouraria	(713)	(713)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	695.621	695.621
Lucro básico por ação de operações continuadas e descontinuadas - R\$	0,02	0,50
Lucro básico por ação de operações continuadas - R\$	0,02	0,50

28.2 Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do lucro básico apresentado acima.

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADOÍndice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Dívida (a)	1.281.290	1.269.879	30.562.984	27.959.322
Disponibilidade (b)	(6.693)	(41.393)	(3.687.281)	(1.629.090)
Dívida líquida	1.274.597	1.228.486	26.875.703	26.330.232
Patrimônio líquido (c)	4.113.688	4.102.821	4.398.915	4.374.396
Índice de endividamento líquido	0,31	0,30	6,11	6,02

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente (Ônus fixo) da controlada Ecovias Norte Minas, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 15, 16, 17 e 21.

(b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras – conta reserva e conta reserva poder concedente, de curto e longo prazo, conforme detalhado nas Notas 5 e 7.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2026 são como segue:

Notas Explicativas

Classificação – Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	3.205.802	3.205.802
Clientes (b)	583.211	583.211
Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva (a)	2.165.556	2.165.556
Passivos:		
Fornecedores (b)	394.488	394.488
Fornecedores FIDC (b)	35.040	35.040
Risco Sacado (b)	1.375	1.375
Empréstimos e financiamentos (c)	3.752.058	3.463.083
Debêntures (c)	25.099.436	24.951.299
Passivos de Arrendamentos (e)	363.849	424.384
Obrigações com poder concedente (d)	1.347.641	2.675.822

Classificação – Valor justo através do resultado	Saldo contábil	Valor justo
Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stock (f)	21.548	21.548

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(b) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores", "Fornecedores FIDC" e "Risco Sacado" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias.

(c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.

(d) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com poder concedente", da controlada Ecovias Norte Minas.

(e) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento.

(f) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores da Companhia e de suas controladas (*Phantom Stock Options* e *Phantom Restricted Stock*), baseado no valor das ações da Companhia (ECOR3), registrados na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas"

Gestão de riscos

a) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$321.828 (R\$320.914 em 31 de dezembro de 2025, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica "Clientes". O fluxo de recebimento dos referidos valores ocorre entre 30 e 60 dias.

b) Risco de liquidez

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	2.164.228	3.264.849	6.135.145	46.075.735
Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES	263.978	259.911	257.710	3.905.083
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	53.998	53.219	52.400	433.476
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	13.093	13.093	13.093	124.383
Banco da Amazônia - BASA	41.998	41.399	39.914	464.036
Obrigações com poder concedente	110.758	115.991	121.471	3.780.274
Finame	4.479	-	-	-
Banco do Nordeste - BNB	47.955	52.360	50.321	585.843
Passivo de arrendamento	175.626	104.422	58.619	85.717
	<u>2.876.113</u>	<u>3.905.244</u>	<u>6.728.673</u>	<u>55.454.547</u>

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$46.030 (ativo circulante de R\$18.654 e passivo circulante de R\$64.684), principalmente decorrente de debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento de prazos para pagamento.

Análise de sensibilidade

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros de aplicações financeiras	Alta do CDI	494.209	617.761	741.313
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(1.328.876)	(1.532.039)	(1.732.343)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(2.128.364)	(2.150.044)	(2.171.792)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do IPCA	(187.058)	(214.824)	(248.635)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(39.493)	(39.758)	(44.971)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta da TJLP	(71.173)	(88.966)	(106.760)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(3.260.755)</u>	<u>(3.407.870)</u>	<u>(3.563.188)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	13,90%	17,38%	20,85%
IPCA (b)	3,88%	4,85%	5,82%
TJLP (c)	9,18%	11,48%	13,77%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados – junho de 2026.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Em 30 de junho de 2026, não houve alterações significativas em relação à estrutura de segmento de negócios da Companhia em relação àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	30/06/2026	30/06/2025
Concessões rodoviárias	90,95%	91,09%
"Holding" e serviços	5,35%	4,82%
Portos	3,18%	3,58%
Logística	0,52%	0,50%

As tabelas a seguir apresentam informações financeiras consolidadas, relacionadas aos segmentos para 30 de junho de 2026 e de 2025.

	30/06/2026					
Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	38.143.963	663.958	71.595	21.027.808	(20.321.214)	39.586.110
Ativo circulante	5.177.444	152.018	24.774	1.244.563	(327.244)	6.271.555
Ativo não circulante	32.966.519	511.940	46.821	19.783.245	(19.993.970)	33.314.555
Passivo	38.143.963	663.958	71.595	21.027.808	(20.321.214)	39.586.110
Passivo circulante	2.101.409	225.028	8.332	476.137	(327.428)	2.483.478
Passivo não circulante	24.518.640	234.352	37.836	9.177.028	(1.264.140)	32.703.716
Patrimônio líquido	11.523.914	204.578	25.427	11.374.643	(18.729.646)	4.398.916

	30/06/2026					
Resultado	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	5.330.291	186.114	30.554	313.823	(346.569)	5.514.213
Custo dos serviços prestados	(3.397.833)	(135.255)	(13.397)	(176.912)	173.568	(3.549.829)
Lucro bruto	1.932.458	50.859	17.157	136.911	(173.001)	1.964.384
Despesas gerais e administrativas	(234.127)	(29.850)	(3.713)	(58.306)	141.519	(184.477)
Amortização de investimentos	-	-	-	(11.733)	11.733	-
Outras receitas/despesas	21.950	721	69	1.284	(254)	23.770
Equivalência patrimonial	-	-	-	537.615	(541.661)	(4.046)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.720.281	21.730	13.513	605.771	(561.663)	1.799.632
Resultado financeiro	(1.014.945)	6.969	(195)	(559.660)	72	(1.567.759)
Lucro operacional antes dos impostos	705.336	28.699	13.318	46.111	(561.591)	231.873
Imposto de renda e contribuição social	(230.981)	(10.016)	(2.248)	(368)	-	(243.613)
Lucro (prejuízo) líquido do período das operações continuadas	474.355	18.683	11.070	45.743	(561.591)	(11.740)
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	(490)	0	(490)
Lucro/(prejuízo) líquido do período	474.355	18.683	11.070	45.253	(561.591)	(12.230)

Notas Explicativas

31/12/2025

Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	34.593.315	666.403	64.268	20.966.705	(19.190.213)	37.100.478
Ativo circulante	3.734.907	179.040	19.090	2.134.408	(239.392)	5.828.053
Ativo não circulante	30.858.408	487.363	45.178	18.832.297	(18.950.821)	31.272.425
Passivo	34.593.315	666.403	64.268	20.966.705	(19.190.213)	37.100.478
Passivo circulante	3.162.112	154.818	8.716	756.554	(239.943)	3.842.257
Passivo não circulante	20.817.649	220.890	33.195	8.988.089	(1.175.998)	28.883.825
Patrimônio líquido	10.613.554	290.695	22.357	11.222.062	(17.774.272)	4.374.396

30/06/2025

Resultado	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	4.955.547	189.518	26.703	255.080	(282.592)	5.144.256
Custo dos serviços prestados	(2.898.991)	(118.500)	(12.449)	(151.504)	141.844	(3.039.600)
Lucro bruto	2.056.556	71.018	14.254	103.576	(140.748)	2.104.656
Despesas gerais e administrativas	(197.833)	(28.704)	(3.647)	(55.574)	111.853	(173.904)
Amortização de investimentos	-	-	-	(10.696)	10.696	-
Outras receitas/despesas	2.060	146	2	1.857	(489)	3.576
Equivalência patrimonial	-	-	-	1.099.805	(1.099.805)	-
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.860.783	42.460	10.609	1.138.968	(1.118.492)	1.934.328
Resultado financeiro	(789.210)	5.643	471	(454.979)	269	(1.237.806)
Lucro operacional antes dos impostos	1.071.573	48.103	11.080	683.989	(1.118.223)	696.522
Imposto de renda e contribuição social	(344.189)	(13.224)	(2.088)	(575)	-	(360.076)
Lucro líquido do período das operações continuadas	727.384	34.879	8.992	683.414	(1.118.223)	336.446
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	(516)	-	(516)
Lucro líquido do período	727.384	34.879	8.992	682.898	(1.118.223)	335.930

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**31.1 Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5.

31.2 Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

31.3 Transações que não envolvem caixa - consolidado

No período findo em 30 de junho de 2026 e de 2025, as controladas da Companhia realizaram as atividades abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Notas Explicativas

Transação	30/06/2026	30/06/2025
Direito de uso – CPC 06 (R2) – Adição	185.239	73.917
Direito de uso – CPC 06 (R2) – Baixa	(16.075)	(2.740)
Conta Reserva – poder concedente	(212.136)	101.236
Provisão para construção de obras futuras	(5.385)	38.962
Baixa parcelas conforme 3º e 4º aditivo contratual Ecovias Norte Minas	(41.067)	-

32. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A.

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, e prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia reconheceu em seu resultado R\$490, referentes à cláusula de indenização.

33. FORNECEDORES RISCO SACADO

O Grupo EcoRodovias mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos incluir com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura "Fornecedores - Risco Sacado" logo abaixo da rubrica "Fornecedores". Em 30 de junho de 2026, o valor consolidado é de R\$1.375 (R\$0 em 31 de dezembro de 2025).

Os pagamentos totais efetuados pelas instituições financeiras aos fornecedores que participam do acordo de financiamento de fornecedor – risco sacado, em 2026, foram de R\$1.698 (em 2025, R\$ 4.579).

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 Assunção do Sistema Rodoviário BR-251/MG e BR-116/MG - Ecovias das Gerais

Em 03 de julho de 2026, a controlada indireta Ecovias das Gerais, assinou o Termo de Arrolamento de Bens, tendo iniciado nessa data a exploração do Sistema Rodoviário BR-251/MG e BR-116/MG, pelo prazo de 30 anos, do trecho de 734,9 km, do contrato de concessão assinado em 03 de junho de 2026.

34.2 Termo Aditivo Modificativo nº 24/2026 (pedágio eletrônico - free flow) - Ecovias Imigrantes

Em 22 de julho de 2026, a controlada indireta Ecovias Imigrantes, assinou o Termo Aditivo Modificativo nº 24/2026 ("TAM nº 24/2026") ao Contrato de Concessão Nº007/CR/1998 ("Contrato de Concessão"), que teve por objetivo formalizar a conversão das praças de pedágio de Piratininga – Rodovia dos Imigrantes, km 32 e Riacho Grande - Rodovia Anchieta, km 31, em pórticos de pedágio eletrônico (*free flow*), com previsão de início de operação a

Notas Explicativas

partir de 1º de agosto de 2026, dividindo igualmente a tarifa atual cobrada apenas no sentido litoral, para cobrança através dos novos pórticos nos sentidos norte e sul. O TAM formaliza também a inclusão dos investimentos necessários para a implantação do novo Comboio Dinâmico, projeto que substituirá a atual "Operação Comboio" nas situações de baixa visibilidade e condições de neblina intensa, diante da futura demolição das praças de pedágio tradicionais. As demais praças de pedágio da concessão continuarão operando na forma original.

Em 17 de julho de 2026, ainda antes da assinatura do referido termo aditivo, o Governo do Estado de São Paulo, através do despacho SEI nº 0114381680 da SPI – Secretaria de Parcerias e Investimentos, determinou à ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Delegados do Estado de São Paulo - e à concessionária Ecovias Imigrantes, a adoção de providências cabíveis e necessárias, tais como cadastramento prévio e comprovação de residência, para a aplicação de isenção tarifária sobre os moradores da área denominada como "pós-balsa", situada nas adjacências do distrito de Riacho Grande, no município de São Bernardo do Campo – SP, em função de impactos decorrentes da implantação do pórtico do sistema de pedágio eletrônico (*free flow*), previsto para operar no Km 29 da pista norte (sentido São Paulo), da Rodovia dos Imigrantes – SP 160 a partir do dia 1º de agosto, conforme mencionado acima. Além desta determinação, o mesmo ofício requereu manifestação sobre as providências técnicas e operacionais referentes ao futuro reposicionamento do ponto de cobrança para trecho situado após o Km 38 da Rodovia dos Imigrantes.

Em 27 de julho de 2026, em novo despacho emitido pela SPI, despacho SEI nº 0115230600, o Poder Concedente, no uso de suas atribuições, decidiu revisar parcialmente a decisão anteriormente tomada através do despacho SEI nº 0114381680, determinando ainda que o início de operação do pórtico do Sistema de Pedágio Eletrônico (*free flow*) esteja condicionado ao prévio reposicionamento do ponto de cobrança da pista norte para local após o Km 38 da Rodovia dos Imigrantes, deixando assim, de ser aplicável a solução transitória de isenção tarifária anteriormente prevista. Este despacho determinou ainda, que o equipamento atualmente previsto para o Km 29 deverá permanecer destinado exclusivamente para o monitoramento de tráfego, até que seja avaliada a conveniência de sua manutenção ou desativação.

Em nota divulgada à imprensa e publicada no mesmo dia, 27 de julho de 2026, a Ecovias Imigrantes informou que em atendimento às determinações do poder concedente e ARTESP, que o início da operação do Pedágio Eletrônico, também conhecido como *free flow* ou Siga Fácil, no Sistema Anchieta-Imigrantes previsto inicialmente para início em 1º de agosto foi adiado e que a partir das novas diretrizes do poder concedente, a empresa está desenvolvendo os estudos técnicos para definir o melhor ponto para instalação do equipamento na pista sentido norte da SP-160. Concluída essa fase, serão iniciadas todas as providências necessárias para a implantação do novo pórtico. Comunicou também, que no momento em que houver a previsão de conclusão desses serviços, bem como a definição da nova data de início da operação, será feita ampla comunicação à imprensa, usuários e todos os órgãos envolvidos. Até lá, a cobrança continuará a ser realizada normalmente nas praças físicas de pedágio.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 30 de julho de 2025, o qual não conteve nenhuma modificação. Os valores correspondentes a 31 de dezembro de 2025, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 17 de março de 2026, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 30 de julho de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC nº 1 SP 218398/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, bem como do relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que: Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., e Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026.

São Paulo - SP, 30 de julho de 2026.

Marcello Guidotti
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rodrigo Jose de Pontes Seabra Monteiro Salles
Diretor Vice-Presidente Corporativo

Roberto Borges Paiva
Diretor Vice-Presidente Técnico

Andréa Paula Fernandes
Diretora de Finanças Corporativas

Fabio Trugillo
Diretor de Planejamento e Controles

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, bem como do relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que: Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., e Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026.

São Paulo - SP, 30 de julho de 2026.

Marcello Guidotti
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rodrigo Jose de Pontes Seabra Monteiro Salles
Diretor Vice-Presidente Corporativo

Roberto Borges Paiva
Diretor Vice-Presidente Técnico

Andréa Paula Fernandes
Diretora de Finanças Corporativas

Fabio Trugillo
Diretor de Planejamento e Controles